



05 DE OUTUBRO DE 2017

Quinta-feira

- 05 DE OUTUBRO - DIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA. HOMENAGEM SINDIMETAL/PR
- PRESSIONADO POR EMPRESÁRIOS E DEPUTADOS ALIADOS, RICHA ADMITE REVISAR AUMENTO DE IMPOSTOS
- APOIO DO SETOR PRODUTIVO FOI ESSENCIAL PARA O AJUSTE DO ESTADO, DIZ RICHA
- PARANÁ TEM A QUINTA MELHOR TAXA DE SOBREVIVÊNCIA DE EMPRESAS DO PAÍS
- SEMANA NACIONAL DO CRÉDITO DISPONIBILIZARÁ R\$ 9 BI ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- MARCOS PEREIRA ANUNCIA AÇÕES DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- NOVO PROCESSO DE EXPORTAÇÕES PASSA A VALER PARA OPERAÇÕES AMPARADAS POR DRAWBACK
- AFIF COBRA DE TEMER QUE PEQUENOS E MICRO TENHAM BENEFÍCIOS DADOS NO REFIS
- MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EMPREGAM QUASE 14 MILHÕES DE TRABALHADORES COM CARTEIRA
- INDÚSTRIA QUESTIONA TAXA EXTRA EM PORTOS
- PMI COMPOSTO DO BRASIL AVANÇA A 51,1 PONTOS EM SETEMBRO, DIZ IHS MARKIT
- CUSTOS INDUSTRIAIS CRESCEM 0,8% NO SEGUNDO TRIMESTRE
- IBGE: FECHAMENTO SUPERA ABERTURA DE EMPRESAS EM 2015 PELO SEGUNDO ANO CONSECUTIVO
- CNC: ALTO DESEMPREGO EXPLICA INADIMPLÊNCIA DE SETEMBRO NO MAIOR NÍVEL EM 7 ANOS

- QUANTIDADE DE PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL CAI 58,6% EM SETEMBRO, DIZ SERASA
- COM PROPOSTA DECEPCIONANTE DA UE, RODADA DE ACORDO COM MERCOSUL É ADIADA
- 'POLÍTICA DE COTAS' AMEAÇA EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A UNIÃO EUROPEIA
- PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PRECISAM SER VIÁVEIS ECONOMICAMENTE, DIZ PRESIDENTE DO CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DA CNI
- BNDES DEVERIA ABRIR CARTEIRAS EM NOVOS SEGMENTOS, DIZ RABELLO
- BNDES: INVESTIMENTO DO GOVERNO TALVEZ NÃO CHEGUE A 0,3% DO PIB
- ARTIGO: A REFORMA TRABALHISTA E A DESINFORMAÇÃO
- MINISTRO: "MODERNIZAÇÃO VEM PARA TORNAR O PAÍS MAIS EFETIVO E MENOS BUROCRÁTICO"
- TRABALHADORES DOS CORREIOS FAZEM PROTESTO NO CENTRO DE SP
- TST PROPÕE ACORDO PARA CORREIOS E TRABALHADORES EM GREVE
- EM EVENTO, TEMER DIZ QUE TRABALHADOR E EMPRESÁRIO ESTÃO SE UNINDO NO PAÍS
- GOVERNO QUER DEIXAR MP DO REFIS CADUCAR
- DYOGO DIZ QUE HOVE RECUPERAÇÃO DA ARRECADAÇÃO EM AGOSTO, COM REFIS E RETOMADA
- ATUAL SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO É INJUSTIÇA BRUTAL, DIZ ESPECIALISTA
- BRASIL PRECISA DISCUTIR TRIBUTAÇÃO VERDE, MAS FALTAM DADOS, DIZEM ESPECIALISTAS
- PARA ESPECIALISTAS, ANTES DE TAXAR O CARBONO É PRECISO REFORMAR TRIBUTAÇÃO
- É POSSÍVEL TER UMA ECONOMIA LIMPA SEM NOVOS IMPOSTOS, DIZ ESPECIALISTA
- INFLAÇÃO DE SERVIÇOS DA FIPE DESACELERA PARA 0,32% EM SETEMBRO EM SP
- IPC DE CURITIBA ACELERA 0,10% EM SETEMBRO
- DYOGO: BRASIL ESTÁ MUITO PRÓXIMO DO CDS QUE TINHA COM GRAU DE INVESTIMENTO
- FIPE: RELAÇÃO ENTRE ETANOL E GASOLINA É A MENOR PARA SETEMBRO EM 2 ANOS

- ALTA NAS VENDAS DE CARROS NOVOS NÃO IMPEDE AUMENTO DE NEGOCIAÇÃO DE USADOS
- PEUGEOT DO BRASIL APOSTA EM COMERCIAIS LEVES E SUVs PREMIUM PARA ELEVAR RESULTADOS
- GERDAU VENDE OPERAÇÕES NO CHILE POR US\$154 MI
- MISSÃO DO PARANÁ - EXPO PARAGUAY BRASIL 2017

CÂMBIO EM 05/10/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,137	3,137
Euro	3,672	3,673

Fonte: Bacen

05 DE OUTUBRO - DIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA. HOMENAGEM SINDIMETAL/PR

05/10/2017 – Fonte: SINDIMETAL/PR



Pressionado por empresários e deputados aliados, Richa admite revisar aumento de impostos

05/10/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Governador foi cobrado em evento empresarial em Londrina por projeto que pode majorar em até 256% ICMS de pequenas empresas. Reclamação na Assembleia é quanto ao regime de urgência da proposta



Ao lado de lideranças empresariais em Londrina, Richa sofreu cobranças por projeto enviado à Assembleia. Jaelson Lucas

Pressionado por entidades empresariais do estado e pela própria base aliada na Assembleia Legislativa do Paraná, o governador Beto Richa (PSDB) reservadamente admite revisar o Projeto de Lei 557/2017.

A proposta altera as tabelas de alíquotas do ICMS cobradas de micro e pequenas empresas enquadradas no Simples Nacional e, segundo cálculos de representantes do empresariado e da bancada de oposição, prevê aumentos de até 256% no recolhimento do imposto. O governo, por sua vez, diz estar apenas se adequando à legislação federal e garante que não haverá majoração da carga tributária.

Em vigor desde 2007, o Simples Nacional oferece um regime tributário diferenciado para companhias com faturamento anual bruto de até R\$ 3,6 milhões – o limite será de R\$ 4,8 milhões a partir do ano que vem. Logo que o regime foi criado, porém, o então governador Roberto Requião (PMDB) estabeleceu no estado alíquotas menores que as previstas no programa. Agora, Richa está pondo fim a esses índices e adotando as tabelas previstas na norma federal.

Pelos novos números, que valerão em janeiro do ano que vem, uma empresa com faturamento de R\$ 360.000,01 por ano, que hoje paga R\$ 2.412 de ICMS, passará a recolher R\$ 6.813,90 – diferença de R\$ 4.401,90 e aumento de 182%. O cálculo é da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap). Já para empresas com renda anual bruta de R\$ 540 mil, a majoração chegaria a 256% em pagamento de ICMS: de R\$ 3.618 para R\$ 12.906.

Diante disso, a Faciap anunciou que é contrária ao projeto e pediu às associações comerciais de todo o estado que contatem deputados de cada região para evitar a mudança nas alíquotas.

“As empresas do Simples Nacional, que deveriam ter tratamento diferenciado e favorecido em razão de sua menor capacidade contributiva, desde 2015 têm sofrido ataques do governo do estado, que por diversas vezes aumentou a carga tributária”, criticou o vice-presidente para Assuntos Jurídicos da entidade, Alziro da Motta Santos.

Já a Fazenda Estadual afirma que, ao manter a isenção dos primeiros R\$ 360 mil de faturamento dessas empresas, o Paraná continuará a ter a menor tributação do país.

Segundo a pasta, ao contrário do cálculo da Faciap, um empresário com faturamento de R\$ 360.000,01 passará a pagar ICMS somente em relação ao R\$ 0,01 que excede

o patamar de isenção. Quem fatura R\$ 540.000,01, por exemplo, irá pagar 0,86% a menos do imposto: de R\$ 5.778 atualmente para R\$ 5.728 a partir de 2018.

Pressão sobre Richa

Nesta quarta-feira (4) em Londrina, num encontro empresarial promovido pela associação comercial e industrial da cidade, o governador foi cobrado pelo teor do projeto encaminhado ao Legislativo.

A lideranças do setor, ele afirmou que irá rever o texto e prometeu esclarecimentos para esta quinta-feira (5).

Até mesmo deputados aliados ao tucano criticaram o regime de urgência pedido por ele para a tramitação da proposta na Assembleia, o que costuma atropelar a discussão sobre as matérias.

Para serenar os ânimos, o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), se comprometeu a não colocar o texto em votação no plenário até que o tema esteja "esgotado".

"Estão propagando inverdades. Os valores serão muito semelhantes aos encontrados hoje, talvez um pouco superiores por conta da fórmula de cálculo da lei federal. Pode ser que uma faixa ou outra tenha uma diferença de R\$ 200, R\$ 300 para mais ou para menos. O resto é má interpretação da norma legal", afirmou o líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PSB).

Já o líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), rebateu a declaração e disse que as tabelas mostram um claro aumento de alíquotas do ICMS.

"O regime de urgência cria dificuldades para a própria base do governo explicar aos seus eleitores o porquê de votar sim a um projeto como esse."

Apoio do setor produtivo foi essencial para o ajuste do Estado, diz Richa

05/10/2017 – Fonte: Bem Paraná



O governador Beto Richa afirmou nesta quarta-feira (4), durante encontro com empresários em em Londrina, no Norte do Estado, que o apoio de empresários e das entidades do setor produtivo foi essencial para o sucesso do ajuste promovido pelo Governo do Estado para garantir o equilíbrio das contas públicas.

"As empresas e entidades entenderam que as medidas eram fundamentais e inadiáveis. Precisávamos preparar o Paraná para enfrentar a crise econômica nacional. Hoje, podem comemorar conosco a retomada de empregos e a geração de renda no Estado", afirmou o governador ao abrir o Encontro Empresarial Lidere, promovido pela Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL) e que reúne cerca de 500 empresários e empreendedores da região.

O governador ressaltou que as medidas de austeridades adotadas nos últimos anos permitiram a redução das despesas em 7,5% e aumento da receita em 2,3%. Também reafirmou o compromisso do Governo do Estado em apoiar os empresários. "Reafirmo

a disposição do governo em apoiar aqueles que trabalham e produzem para o desenvolvimento do Paraná”, enfatizou.

SALDO POSITIVO

Richa destacou também os resultados conquistados pelo programa Paraná Competitivo. “O resultado da política do Governo do Estado, baseada no diálogo e segurança jurídica, é o montante de investimentos feitos no Paraná nos últimos anos, que chega a R\$ 43 bilhões”, disse Richa. “Há confiança no Paraná.”

LIDERANÇA

O presidente da Acil, Cláudio Tedeschi, ressaltou a importância da participação dos empresários no processo do desenvolvimento socioeconômico do Estado. “Não é só o governo que deve preparar o empreendedorismo para a geração de renda e de emprego. Cada um de nós precisa assumir seu papel de liderança”, salientou.

O Encontro Empresarial Lidere segue até esta quinta-feira (05) com palestras e debates sobre gestão, inovação e liderança. Também há rodadas de negócios, atividades voltadas ao networking e espaços para expositores de diversos segmentos empresariais.

PRESENCAS

Participaram da abertura encontro o deputado estadual Tiago Amaral, o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Edson Campagnolo, e o presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap), Marco Tadeu Barbosa.

Paraná tem a quinta melhor taxa de sobrevivência de empresas do País

05/10/2017 – Fonte: Bem Paraná



O total de empresas no país caiu 0,1% de 2014 para 2015 com 5 mil empreendimentos a menos, segundo dados da pesquisa Demografia das Empresas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada hoje (4). Em 2015, foram contabilizadas 4,552 milhões de empresas ativas no Brasil. O Paraná aparece no estudo como o quinto estado com maior taxa de sobrevivência de empresas (85,1%).

As 4,6 milhões de empresas ativas, em 2015, tinham 5,0 milhões de unidades locais ativas, das quais 50,5% estavam localizadas na região Sudeste; 22,3%, na região Sul; 15,3%, no Nordeste; 8,2%, no Centro-Oeste; e 3,6%, na região Norte. Do total de unidades locais, 4,2 milhões eram sobreviventes em relação a 2014 (84,4%), 776,3 mil (15,6%) foram entradas e as saídas totalizaram 780,7 mil (15,7%) de unidades.

As regiões Sul e Sudeste apresentaram as maiores taxas de sobrevivência, 85,9% e 84,9%, respectivamente, acima da média nacional (84,4%). Em contrapartida, as maiores taxas de entrada e saída foram observadas no Norte (20,1% e 17,7%), Nordeste (17,7% e 15,9%) e Centro-Oeste (17,5% e 16,3%), assim como as menores taxas de sobrevivência (79,9%, 82,3% e 82,5%, respectivamente).

As Regiões Sudeste e Nordeste apresentaram os maiores percentuais de pessoal assalariado pela criação de novas empresas, representando 48,1% e 21,2%, respectivamente, do total vinculado às entradas no mercado em 2015.

Dentre as unidades da federação, os destaques foram São Paulo (28,6%), Minas Gerais (9,0%) e Rio de Janeiro (8,8%). As menores participações em pessoal assalariado foram observadas em Roraima (0,2%), Amapá (0,3%) e Acre (0,4%).

Veja quadro dos Estado com maior taxa de sobrevivência de empresas:

Taxas de sobrevivência por Unidade da Federação - 2015

Maiores taxas de sobrevivência:

1º Santa Catarina (87,3%)

2º Rio Grande do Sul (85,9%)

3º Minas Gerais (85,6%)

4º Espírito Santo (85,5%)

5º Paraná (85,1%)

Nessas empresas, trabalhavam 40,2 milhões de pessoas, sendo 33,6 milhões (83,6%) como assalariadas e 6,6 milhões (16,4%) na condição de sócio ou proprietário. Em comparação a 2014, houve queda de 4,5% no pessoal ocupado assalariado, o que equivale a 1,6 milhão de postos a menos. Esta foi a primeira queda no pessoal assalariado desde o início da série, em 2008, segundo o IBGE.

Os salários e outras remunerações pagos pelas empresas totalizaram R\$ 982,4 bilhões em 2015, com um salário médio mensal de R\$ 2.168,91, o equivalente a 2,8 salários mínimos.

Do total de empresas ativas em 2015, 15,6% (708,6 mil) correspondiam a empresas que entraram no mercado. Por outro lado, saíram do mercado 713,6 mil empresas, o que representa 15,7% do total de empresas no país em 2015. Segundo o IBGE, a taxa de sobrevivência foi a maior da série e registrou valor de 84,4%, representando 3,8 milhões de empresas que continuaram ativas de 2014 para 2015.

As atividades econômicas que mais se destacaram nas entradas de empresas no mercado em 2015 foram comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas com 276,1 mil empreendimentos (39%).

Em 2015, 37,8% das empresas criadas em 2010 ainda estavam ativas no mercado. Nesse período, as atividades que apresentaram as mais altas taxas de sobrevivência foram saúde humana e serviços sociais (54,8%) e atividades imobiliárias (50,8%). A pesquisa indica que a taxa de sobrevivência do comércio está entre as mais baixas no período (36,1%).

Semana nacional do crédito disponibilizará R\$ 9 bi às micro e pequenas empresas

05/10/2017 – Fonte: Isto é Dinheiro

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, anunciou nesta quarta-feira, 4, em cerimônia no Palácio do Planalto, a criação da Semana Nacional do Crédito, realizada durante o mês de outubro, em datas diferentes, em todo o País. Segundo o ministro, durante o mês, sete instituições financeiras irão disponibilizar R\$ 9 bilhões em crédito, sendo R\$ 8 bilhões para novos empréstimos e R\$ 1 bilhão para negociação de dívidas.

“As micro e pequenas empresas têm sido protagonistas na retomada do crescimento do Brasil”, disse ele, ao lado do presidente Michel Temer.

O ministro destacou ainda que “os números não mentem” e ressaltou que entre janeiro e agosto as pequenas e médias empresas criaram 327 mil vagas de empregos. Segundo ele, o governo quer criar condições para que esses micro e pequenos empresários possam atuar em um ambiente melhor.

Pereira também destacou melhorias no Portal do Empreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br), que permite o cadastro dos Microempreendedores Individuais (MEI) junto ao governo federal.

Segundo o ministro, esta é apenas mais uma das ações de desburocratização que o governo federal tem implementado para melhorar o ambiente de negócios no Brasil.

“Desde que assumimos o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), temos trabalhado com foco na simplificação administrativa”, ressaltou. “A partir de agora, os empreendedores brasileiros passam a contar com um portal completamente reformulado, que possibilita que cidadãos de todo Brasil possam se formalizar como MEIs”.

Em seu discurso, Pereira afirmou que quando o presidente Temer assumiu o governo a situação política era complicada e que sua atuação na pasta desde o início ser “realista e esperançoso”.

O Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa é celebrado por conta da criação do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei 9.841, de 5 de outubro de 1999). Mais cedo, pelo Twitter, Temer exaltou o papel das pequenas empresas para a economia.

“Hoje vou comemorar com os Micro e Pequenos empresários o seu dia. Eles representam mais de 98% das empresas brasileiras, 27% do PIB e são responsáveis por quase 60% do emprego”, escreveu o presidente.

Marcos Pereira anuncia ações de apoio às micro e pequenas empresas

05/10/2017 – Fonte: MDIC



Entre as medidas apresentadas, linhas de crédito de R\$ 9 bilhões para investimentos e negociação de débitos. Governo também lançou novo Portal do Empreendedor

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, anunciou, nesta quarta-feira, ações de apoio às micro e pequenas empresas brasileiras. Ele participou, ao lado do presidente Michel Temer e do ministro da Educação, Mendonça Filho, de cerimônia alusiva ao Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, realizada no Palácio do Planalto.

Na ocasião foi lançada a Semana Nacional do Crédito, realizada durante o mês de outubro, em datas diferentes, em todo o país. Neste período, sete instituições financeiras irão disponibilizar R\$ 9 bilhões em crédito, sendo R\$ 8 bilhões para novos empréstimos e R\$ 1 bilhão para negociação de dívidas. Além disso, será oferecida às MPEs, gratuitamente, consultoria para tomada de crédito consciente e adequado às suas necessidades.

Novo Portal do Empreendedor

O [Portal do Empreendedor](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), site com mais de dois milhões de acessos mensais, foi completamente reformulado para facilitar a vida dos pequenos empresários. A

principal funcionalidade do portal é permitir o cadastro dos Microempreendedores Individuais (MEI) junto ao governo federal.

Marcos Pereira destaca que esta é apenas mais uma das ações de desburocratização que o governo federal tem implementado para melhorar o ambiente de negócios no Brasil. “Desde que assumimos o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), temos trabalhado com foco na simplificação administrativa”, ressaltou. “A partir de agora, os empreendedores brasileiros passam a contar com um portal completamente reformulado, que possibilita que cidadãos de todo Brasil possam se formalizar como MEIs”.

Na avaliação de Marcos Pereira, o novo portal é mais intuitivo e conta com uma tecnologia responsiva, que permite melhor acesso por meio de dispositivos móveis, como aparelhos celulares e tablets. “Oferecemos para os nossos empreendedores um acesso mais rápido, menos trabalhoso e com informações sobre crédito, acesso a mercados, capacitação e legislação”, avalia o ministro.

As melhorias no Portal do Empreendedor fazem parte do projeto Empreender Mais Simples, convênio assinado no início do ano pelo Sebrae com a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Casa Civil da Presidência da República e com a Receita Federal do Brasil.

O projeto tem foco na melhoria do ambiente de negócios, na redução da burocracia e na agilidade dos processos de gestão das micro e pequenas empresas. “Mais do que melhorar a tecnologia, precisamos aprimorar a forma como trabalhamos o conteúdo final, com a intenção de criar uma conexão com o empresário”, explica o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos.

O projeto foi desenvolvido em tempo recorde de seis semanas com a melhor tecnologia disponível. “Foram envolvidos técnicos de várias áreas do Serpro, com o objetivo de oferecer uma navegação mais intuitiva e uma interface amigável para o empreendedor. É um dos portais com maior grau de acessibilidade já desenvolvido pela empresa”, resalta o diretor de Relacionamento com Clientes do Serpro, André de Cesero.

Principais mudanças:

Visual: reformulação da interface e da linguagem do Portal, proporcionando acesso facilitado e intuitivo aos serviços oferecidos;

Foco em serviços: foi introduzido o conceito de “cardápio de serviços” que permite ao usuário ter acesso direto às soluções, aos conteúdos e aos canais de atendimento disponíveis para um tema escolhido como crédito, acesso a mercados, inovação, capacitação, legislação, estatísticas entre outros;

Versão responsiva: acesso mais fácil em dispositivos móveis, como celulares e tablets; assim, o usuário já formalizado poderá utilizar os serviços disponíveis de acordo com suas necessidades, e aquele que pretende se formalizar, poderá fazê-lo também por meio do seu aparelho celular;

Segurança: o novo Portal enviará código por SMS para o telefone celular cadastrado pelo usuário, para confirmar os processos de abertura, alteração e baixa que podem ser realizados em minutos no Novo Portal do Empreendedor;

Acessibilidade: visando promover a inclusão de pessoas com deficiência, foram implementadas as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo WEB, que entre suas especificações, apresenta melhorias no conteúdo do texto para torná-lo mais compreensível.

Instituição Amiga do Empreendedor

Os ministros Marcos Pereira (MDIC) e Mendonça Filho (MEC) também anunciaram a expansão do programa Instituição Amiga do Empreendedor (IAE), que tem o objetivo de fomentar a qualificação e a profissionalização de empresários de pequeno porte ao empreendedorismo, com apoio de instituições de ensino públicas e privadas.

A partir de hoje, o programa vai possibilitar adesão eletrônica de todas as instituições brasileiras de ensino superior, que desejarem fomentar o empreendedorismo local. O acesso pode ser feito pelo endereço eletrônico: iae.mec.gov.br

A expectativa é credenciar 500 instituições e atender 100 mil empreendedores até final de 2018, segundo a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (Sempe) do MDIC.

O Programa é uma parceria entre a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (SEMPE/MDIC), o Ministério da Educação (MEC), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Conselho Federal de Administração (CFA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

De acordo com Marcos Pereira, a ideia é que tanto empreendedores quanto estudantes possam ampliar suas habilidades e conhecimentos para aumentar o índice de sucesso e sobrevivência dos pequenos negócios e geração de riqueza para o país.

Já o ministro da Educação, Mendonça Filho, avalia que a "política educacional, sintonizada com o segmento produtivo, tem, a partir do empreendedorismo, uma grande alternativa para que possamos fomentar o aumento da renda da população brasileira.

Então, qualquer ação do Ministério da Educação que contribua para a ampliação das oportunidades no campo do empreendedorismo será muito importante para que possamos gerar crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida da nossa população".

Uma das metas do programa é aprimorar o perfil empreendedor e o ato de empreender, reduzir os riscos, promover os atributos pessoais e competências interdisciplinares que formam a base de um comportamento e mentalidade empresarial como criatividade, espírito de iniciativa, aceitação de risco, autoconfiança, independência, etc. e contribuir para a geração de conhecimento na educação empreendedora e na instigação de atitudes para o empreendedorismo.

As instituições parceiras que se filiarem ao programa ganharão o "Selo Instituição Amiga do Empreendedor".

MPEs na economia

As MPEs estão sendo protagonistas na retomada do crescimento do Brasil. De acordo com dados do Ministério do Trabalho, entre janeiro e agosto deste ano deste ano, esse segmento de empresas foi responsável pela criação de 327 mil postos de trabalho e já é responsável por mais da metade dos empregos formais no país.

"Assim, valorizar as MPEs nada mais é que reconhecer os esforços dos empreendedores brasileiros, que estão presentes em todos os municípios, gerando emprego e renda nas comunidades", afirma Marcos Pereira.

O ministro destaca também outras ações do MDIC em benefício do setor, entre elas o Portal Único de Comércio Exterior. "É a principal iniciativa do governo federal na desburocratização do comércio exterior brasileiro, e já tem facilitado o acesso dos

exportadores, que englobam 17 mil micros e pequenas empresas. Com isso, elas conseguem operar de maneira mais simples e rápida”.

Dados do MDIC apontam que, em 2016, houve um crescimento de 10,6% nas vendas ao exterior de micro e pequenas empresas em comparação com 2015. O resultado deve-se, entre outras iniciativas, ao sucesso do Plano Nacional da Cultura Exportadora, o PNCE, que é coordenado pelo MDIC e reúne instituições parceiras nacionais e estaduais com o objetivo de aumentar a base exportadora.

Novo processo de exportações passa a valer para operações amparadas por drawback

05/10/2017 – Fonte: MDIC



Regime especial aduaneiro garante desoneração na importação ou aquisição interna de insumos utilizados na fabricação de bens que somam 23% das exportações brasileiras

A partir desta quarta-feira, as exportações brasileiras de bens que utilizam o regime de drawback poderão ser feitas no Portal Único de Comércio Exterior, por meio do Novo Processo de Exportações. A mudança alcançará aproximadamente 23% das vendas externas brasileiras, o equivalente a US\$ 42,2 bilhões em 2016. O anúncio foi feito hoje em São Paulo, durante seminário promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O drawback é um regime especial aduaneiro que garante desoneração na importação ou aquisição interna de insumos utilizados na fabricação de bens voltados para a exportação. A medida vale, por enquanto, para as operações realizadas na modalidade suspensão, nos casos em que o exportador é o próprio beneficiário do mecanismo, que representam mais 95% do total das operações amparadas por drawback. A novidade já conta com a adesão das empresas: já nas primeiras horas do dia houve registro de operações com drawback no Portal Único por duas grandes empresas.

Segundo o Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Abrão Neto, “será mais simples e rápido usar o drawback. Essa mudança contribuirá, inclusive, com redução de documentos para a comprovação da exportação do bem”.

Remessa postal

Criada a partir de demanda do setor privado, a medida permite ainda que as empresas que exportam por meio de remessa postal ou expressa possam utilizar o regime de drawback. Neste caso, a mudança vale apenas para empresas não optantes pelo Simples Nacional.

A medida beneficia empresas de pequeno porte, que passam a contar também com outra ferramenta de facilitação de comércio exterior. A partir de hoje, será possível realizar a importação por terceiro no âmbito do drawback. Segundo Abrão Neto, “são mudanças que atendem principalmente empresas de menor porte que não têm estrutura para realizar as operações de comércio exterior e que agora poderão obter apoio de especialistas na realização dessas atividades”, explicou.

Abrão Neto destaca que esta ampliação é mais um estímulo às empresas de pequeno porte, para que acessem cada vez mais o mercado internacional. Em 2016, houve aumento de 10% nos valores exportados por micro e pequenas empresas, segundo balanço divulgado pela Secretaria de Comércio Exterior na semana passada. As vendas para o mercado internacional, nesse segmento, vêm apresentando crescimento desde 2013. "Estamos atentos a essa demanda e estas medidas estão em linha com um grande esforço de facilitação de comércio pelo governo", completou.

Nesta manhã, Abrão Neto, o diretor do Departamento de Comércio Exterior do MDIC, Renato Agostinho da Silva, e o Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal, Ronaldo Medina, responderam dúvidas de operadores de comércio exterior sobre as novas medidas.

Próximas etapas

A Secretaria de Comércio Exterior trabalha para disponibilizar no Portal Único a comprovação do Drawback Suspensão com exportações de terceiros até o final deste ano e a utilização da Declaração Única de Exportação (DUE) no registro de pedidos de drawback isenção no primeiro trimestre do ano que vem.

Abrão Neto reitera que "todas as exportações registradas no Portal Único desde o lançamento do Novo Processo de Exportações poderão ser futuramente associadas a atos concessórios de drawback isenção".

Afif cobra de Temer que pequenos e micro tenham benefícios dados no Refis

05/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, defendeu em discurso, na cerimônia de lançamento de crédito para pequenas e microempresas, no Planalto, a necessidade de ser estendido a esse segmento os mesmos benefícios dados às grandes e médias empresas no programa de refinanciamento de dívidas, o Refis, aprovado pela Câmara, que chegou a 90% de redução nos juros e 70% nas multas.

"Vamos exigir o que está escrito na Constituição, que as pequenas e micro têm direito a tratamento diferenciado e tratamento diferenciado não é beneficiar os grandes e prejudicar os pequenos", desabafou ele, ao lembrar que no ano passado as micro e pequenas não conseguiram esse tipo de desconto na discussão sobre refinanciamento porque a área econômica disse que não poderia fazer isso. Agora, lembrou, foram concedidos benefícios bem mais benevolentes aos grandes e médios, que ele quer estender e ampliar para os seus liderados, sob pena de "judicializar a questão".

O presidente Michel Temer, em sua fala, depois de ouvir o apelo de Afif, não se comprometeu a atender ao pleito, mas reconheceu que o atendimento a esse segmento da economia tem de ser diferenciado, conforme prevê a Constituição, e avisou que vai conversar sobre o tema.

"Há um preceito constitucional que manda prestigiar a micro e pequena empresa e temos feito isso ao longo do tempo", afirmou. "Você deu uma ideia que vamos conversar sobre ela para, mais uma vez, prestigiar o micro e pequeno empreendedor. Vamos conversar para prestigiar o pequeno e o microempreendedor", prosseguiu Temer.

"Temos números que dão a dimensão dos pequenos negócios do Brasil, que, aliás, de pequeno, não tem nada. São milhões de brasileiros que dedicam seus recursos, sua energia, sua criatividade à geração de empregos e temos de prestigiar os que são, estes sim, os campeões nacionais de empregos, que são os pequenos e microempresários", observou Temer em seu discurso. Ao final da cerimônia, questionado se ia atender ao pleito, Temer não respondeu.

Já o presidente do Sebrae, em entrevista ao final da cerimônia, ao ser questionado se vai pressionar o governo para atender à sua demanda, primeiro explicou que, no caso dos micro e pequenos, essa concessão deverá ser feita por lei complementar e não Medida Provisória, como foi a das grandes.

Informou também que a iniciativa pode ser do Congresso, não precisando ser do Executivo, diferentemente do Refis, aprovado na Câmara.

Sobre a fala do presidente Temer, que foi cauteloso e evitou bater o martelo no atendimento do pedido, Afif comentou: "como Temer é um constitucionalista (quando Afif defendeu a extensão), ele logo entendeu que os micro e pequenos terão tratamento diferenciado.

Mas, na hora que vem a MP totalmente diferente, beneficiando os grandes, muito distante do que não foi dado antes para os pequenos, cria um choque e isso precisa ser corrigido urgentemente". Em seguida, ele avisou que vai "exigir" essa equidade e que, "se não houver, a questão poderá até mesmo ser judicializada".

Micro e pequenas empresas empregam quase 14 milhões de trabalhadores com carteira

05/10/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2015, micro e pequenos empreendimentos responderam por 13.997.569 trabalhadores formais

Mais de 98% dos empreendimentos privados brasileiros são pequenas e microempresas. Entre janeiro e agosto deste ano, as pequenas e médias empresas criaram 327 mil vagas de empregos formais no país. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2015, esses estabelecimentos são responsáveis por 13.997.569 trabalhadores com carteira assinada no Brasil. São números que merecem reflexão e justa celebração neste 5 de outubro, Dia da Micro e Pequena Empresa.

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, enfatiza que os micro e pequenos empreendedores movimentam a economia, geram empregos e ajudam o Brasil a se desenvolver. "Os empreendedores vêm crescendo no país, não só em quantidade, mas em qualidade.

Ações do governo contribuíram para esse resultado, com políticas que fomentaram o fortalecimento dos pequenos empreendedores do país, a exemplo de medidas como a criação do Supersimples, que reduziu os impostos e unificou oito tributos em um único boleto, a Lei Crescer sem Medo, que amplia o limite do faturamento anual para que as empresas entrem no lucro presumido, e, mais recentemente, a Medida Provisória 806/2017, que amplia fontes de financiamento de microcrédito com objetivo de aumentar financiamento mais barato no mercado", explica o ministro.

Nesta quarta-feira (4), o presidente da República, Michel Temer, anunciou, em cerimônia no Palácio do Planalto, três novidades para os micro e pequenos empreendedores: o novo Portal do Empreendedor, a Semana Nacional do Crédito, que vai movimentar R\$ 9 bilhões, e a ampliação do programa Instituição Amiga do Empreendedor.

"Temos que prestigiar aqueles que são os campeões nacionais do emprego, os micro e pequenos empreendedores", disse Michel Temer. "Os dados revelam uma atuação extraordinária não só no plano econômico, porque quando o empreendedor — seja grande ou pequeno — empreende, ele está praticando um gesto social na medida em que gera emprego", acrescentou o presidente.

Regiões e setores – Apesar de uma inferioridade quantitativa, os estados da região Norte do Brasil são os mais empreendedores em termos proporcionais, segundo a Rais 2015. O Amapá está no topo desse ranking, com 78,7% de participação no estado. Lá são 9.290 micros; 1.585 pequenos; e 2.938 estabelecimentos de outros portes.

É seguido pelo Maranhão (76,7%), por Roraima (74,8%) e pelo Amazonas (74,5%). O Maranhão possui 73.748 micros, 10.303 pequenos, e 25.571 outros. Já em Roraima são respectivamente 7.182, 895 e 2.720, enquanto no Amazonas estão 36.233 microempreendimentos.

O Sudeste é a região mais empreendedora. São Paulo está em primeiro lugar, com 2.506.384 empresas, das quais 1.382.899 são micro; 223.870, pequenas; e 899.615 de outros portes, totalizando 2.506.384 estabelecimentos. Depois vem Minas Gerais, com 573.255 micros, 61.306 pequenas e 314.159 de outros portes, totalizando 948.720 empresas.

O comércio é, disparado, o setor de maior número de micros e pequenos empreendimentos. São, no total, 2.578.631 empresas desses portes, sendo 2.282.734 micros e 295.897 pequenos negócios. Em seguida, serviços, com 2.035.667 empreendimentos, dos quais 1.744.804 são micros e 290.863 pequenos negócios.

Novidades – Conforme as leis complementares 123/2006 e 139/2011, considera-se microempresa a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário que auferirem, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360 mil. Caracterizam-se como empresas de pequeno porte aquelas com receita bruta superior a R\$ 360 mil e igual ou inferior a R\$ 3,6 milhões.

A partir de 2018, entra em vigor a lei Crescer sem Medo que tem como uma de suas principais novidades a alteração do limite de R\$ 3,6 milhões de faturamento anual para que uma micro e pequena empresa saia do Simples e entre o lucro presumido. A medida cria uma faixa de transição de até R\$ 4,8 milhões para as empresas que ultrapassarem o teto atual. Dessa forma, haverá a redução de seis para cinco tabelas e de 20 para seis faixas, com progressão de alíquota. Assim, quando uma empresa exceder o limite de faturamento da sua faixa, a nova alíquota será aplicada somente no montante ultrapassado.

Já em relação ao microempreendedor individual (MEI) também há mudanças no teto anual de faturamento. A partir de 2018, o limite passará dos R\$ 60 mil atuais para R\$ 81 mil. Outra importante medida do Crescer sem Medo foi a ampliação do prazo de parcelamento de dívidas tributárias de micro e pequenas empresas de 60 para 120 meses.

Cerca de 600 mil micro e pequenas empresas, que devem R\$ 21,3 bilhões para a Receita Federal, foram notificadas a quitar os débitos até 31 de dezembro sob pena de exclusão do Simples a partir de janeiro de 2017.

Indústria questiona taxa extra em portos

05/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

A indústria nacional está em pé de guerra com o setor portuário, por causa de uma cobrança extra que os terminais passaram a aplicar sobre os importadores e exportadores do País relacionada ao escaneamento dos contêineres que transitam pelos portos brasileiros.

A regra imposta desde 2014 pela Receita Federal exigiu que os terminais portuários se equipassem para fazer a leitura automática de cada um dos contêineres que entram

e saem do País, seja com carga ou vazio. Os portos atenderam à determinação, mas passaram a cobrar os importadores e exportadores pelo novo serviço. O monitoramento eletrônico, que era esporádico, passou a ser aplicado em praticamente todos os contêineres movimentados pelos principais portos brasileiros. A indústria se rebelou.

Por meio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 44 associações setoriais de indústria e do agronegócio e federações estaduais entraram com um processo na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), para pedir a suspensão imediata da cobrança, que alegam ser abusiva e ilegal. A fiscalização aduaneira, dizem os importadores e exportadores, é uma responsabilidade inerente à rotina dos terminais portuários. Paralelamente, os usuários dizem que já pagam por uma "cesta de serviços" para movimentar seus contêineres e cargas.

"Essa cobrança é absolutamente ilegal. Muitos portos estão escaneando 100% dos contêineres, quando a lei determina que se faça um gerenciamento do risco. Os portos transformaram a exigência em uma nova fonte de arrecadação para eles", diz Carlos Abijaodi, diretor de desenvolvimento industrial da CNI. "Essa situação é inacreditável, tem de parar imediatamente. Se for preciso, vamos levar esse tema para a Camex (Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior)."

Os portos revidaram. Para a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), que reúne 80 associados responsáveis pela movimentação de 70% da carga geral que transita no País, "não se pode criar obrigações novas a um agente privado e ao mesmo tempo impedi-lo de repassar os custos decorrentes aos seus preços", porque isso equivaleria a obrigá-los à "prestação gratuita do serviço, proporcionando o enriquecimento ilícito daqueles que dele se beneficiam".

Não há dúvidas sobre a necessidade da cobrança, diz José Di Bella Filho, diretor-presidente da ABTP. "Quando sou arrendatário de um porto, faço um contrato onde minhas remunerações e obrigações estão ali definidas. Se eu não puder cobrar do tomador de serviço algo que não estava previsto e que passei a ser obrigado a oferecer a esse usuário, não há como trabalhar. A exigência do escaneamento recai sobre a carga, por isso ela é atribuída ao dono da carga."

Cobrança

Além de sustentar que a cobrança é uma prática ilegal, a CNI declarou que há uma enorme disparidade nos preços praticados pelos portos brasileiros, com valores oscilando entre R\$ 39,28 e R\$ 1.032 para passar pelo aparelho de scanner cada um dos contêineres que entram ou saem do País, com carga ou vazio.

Indústria e portos não têm um número fechado sobre quanto essa cobrança tem movimentado em todo o País. O que se sabe é que se trata de um negócio de, pelo menos, algumas centenas de milhões de reais por ano. Cerca de 5,3 milhões de contêineres trafegam anualmente pelos portos brasileiros. Entre janeiro e julho deste ano, 3.173 milhões de unidades já passaram pelos cais nacionais.

Procurada pela reportagem, a Antaq declarou que "está analisando o assunto e deve deliberar sobre o mesmo em breve".

Uma análise do caso concluída por técnicos da agência, porém, já deixou claro qual é o posicionamento: a indústria não tem de pagar pelo serviço.

O **Estado** teve acesso a uma nota técnica da Antaq, segundo a qual o escaneamento "é pré-requisito essencial para o alfandeamento dos terminais portuários". "Deste modo, conclui-se pela impossibilidade de cobrança autônoma a título de inspeção não invasiva de contêiner, na medida em que não se pode determinar a existência de serviço quando as movimentações atreladas decorrem de obrigação legal e de risco à

atividade pública delegada aos terminais portuários, seja por concessão, arrendamento ou autorização”, afirma o documento.

PMI composto do Brasil avança a 51,1 pontos em setembro, diz IHS Markit

05/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

O índice dos gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) composto do Brasil, que inclui os setores de serviços e industrial, avançou de 49,6 em agosto para 51,1 pontos em setembro, atingindo o nível de expansão (acima de 50 pontos) pela primeira vez desde maio, informou nesta quarta-feira, 4, a IHS Markit.

O dado de serviços, também divulgado nesta mesma data, subiu para 50,7 pontos, de 49 pontos – acima de 50 pela primeira vez desde abril. O PMI industrial manteve o mesmo nível do oitavo mês do ano, de 50,9 pontos, conforme divulgado na última segunda-feira, 2.

“É encorajador ver os provedores de serviços juntarem-se aos seus pares no setor industrial e registrarem um crescimento no volume de produção em setembro”, comemora a economista da instituição Pollyanna de Lima. “Ao analisar a tendência em três meses para o Índice Consolidado de dados de produção, fica claro que as empresas do setor privado tiveram um período comparativamente melhor no terceiro trimestre. Com a leitura média sendo a mais alta em três anos e meio, é provável que o PIB continue aumentando em relação ao crescimento de 0,2% relatado no segundo trimestre de 2017”, completa a economista da IHS Markit.

A pesquisa mostra que os empresários estão com melhor percepção das condições de demanda, com o aumento de novos negócios. Mas a instituição destaca que há capacidade ociosa nas empresas, o que é observado com a diminuição dos pedidos em atraso.

No setor de serviços, ainda foi registrada redução do quadro de funcionários. As empresas, porém, se revelaram otimistas em relação às perspectivas para os negócios no próximo ano graças às melhores condições econômicas, expectativa de um avanço maior da demanda e de novas propostas.

“Os aumentos contínuos na quantidade de novos trabalhos criam uma imagem mais positiva em relação ao atual clima de demanda em todo o Brasil, com uma melhora no grau de sentimento também prognosticando progresso para as perspectivas de negócios”, analisa Pollyanna.

Os indicadores de preços mostraram pressão persistente sobre as margens de lucros das empresas em setembro. O aumento dos combustíveis elevou o custo dos insumos, mas não houve repasse para os preços de serviços ou de mercadorias, diz a IHS Markit.

Custos industriais crescem 0,8% no segundo trimestre

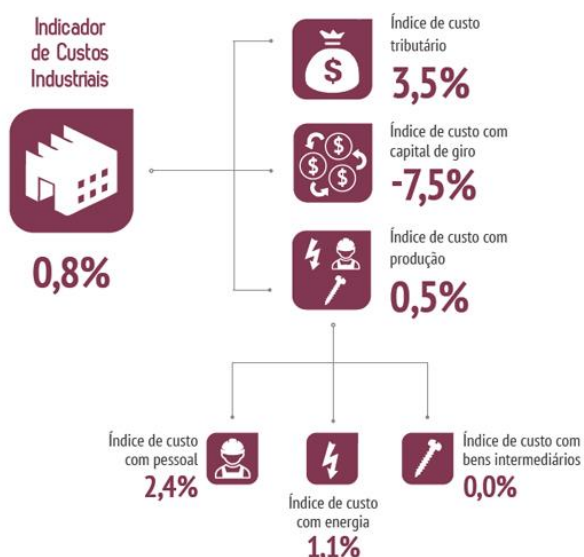
05/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

Estudo mostra que o indicador teve leve alta em relação ao primeiro trimestre do ano devido ao aumento no custo tributário. Queda nos juros ajudou a conter o crescimento do indicador

O Indicador de Custos Industriais apresentou crescimento de 0,8% no segundo trimestre em comparação ao primeiro trimestre deste ano, informa estudo divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta quarta-feira (4).

Variação do 2º tri/2017 em relação ao 1º tri/2017

Dessazonalizado



O indicador de custos industriais é formado por custos tributários, com capital de giro e com a produção. De abril a junho, o índice de custo tributário subiu 3,5% na comparação com o primeiro trimestre de 2017. No mesmo período, o custo do capital de giro caiu 7,5%.

O acompanhamento do indicador de custos industriais permite que as empresas comparem seus custos com a média nacional e façam ajustes nas contas, seja por meio do controle de despesas ou pela negociação com os fornecedores. O indicador antecipa também variações nos preços dos produtos industrializados. Aumentos ou quedas bruscas nos custos podem indicar a alta ou a redução dos preços para o consumidor no curto prazo.

No cenário do segundo trimestre foram identificados dois fatores importantes. Associada à alta nos custos industriais, a indústria brasileira registrou retração de 0,8% nos preços dos seus produtos, o que indica uma redução na margem de lucro pelas empresas industriais no trimestre.

Apesar disso, o preço dos bens manufaturados importados, em reais, subiu 4,4% e, com isso, os produtos brasileiros ganharam competitividade no mercado doméstico. No mercado externo, o aumento de 0,8% dos custos industriais brasileiro ficou abaixo do aumento de 3,0% dos preços dos produtos manufaturados nos Estados Unidos, em reais, indicando ganho de competitividade dos produtos industriais brasileiros também no mercado externo.

CUSTOS INDUSTRIAIS – O custo com capital de giro acumula queda de 19,5% em relação ao segundo trimestre de 2016, o que indica que as sucessivas reduções na taxa básica de juros pelo Banco Central têm sido repassadas às empresas. Com isso, há redução no custo com capital de giro, contribuindo para conter os custos industriais totais.

No segundo trimestre, o crescimento de 5,8% no custo com bens intermediários importados foi totalmente compensado pela queda de 0,9% no custo com intermediários domésticos. Este ajuste manteve inalterado o indicador de custo total com bens intermediários.

O custo com pessoal, por sua vez, cresceu 2,4% na mesma base de comparação, mas seu efeito foi parcialmente compensado pela queda de 1,1% do custo com energia. Por isso, o custo de produção cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2017.

LUCRO E COMPETITIVIDADE – Apesar da redução no trimestre, a indústria ainda apresenta aumento na margem de lucro em relação ao segundo trimestre de 2016. Nessa base de comparação, o aumento do custo industrial foi de 0,9% e, do preço dos manufaturados, de 1,2%.

SAIBA MAIS - Acesse a página do [Indicador de Custos Industriais](#) para conhecer todos os detalhes do levantamento.

IBGE: fechamento supera abertura de empresas em 2015 pelo segundo ano consecutivo

05/10/2017 – Fonte: Tribuna PR (postado em 04-10-2017)

O País voltou a registrar mais fechamento do que abertura de empresas em 2015. Assim como ocorreu em 2014, o saldo de empresas, medido pela diferença entre entradas e saídas do mercado, ficou negativo: as saídas totalizaram 713,6 mil empresas e as entradas somaram 708,6 mil.

Os dados são do Cadastro Central de Empresas (Cempre) referente a 2015, divulgado nesta quarta-feira, 4, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Havia no Brasil 4,6 milhões de empresas ativas que ocupavam 40,2 milhões de pessoas, sendo 33,6 milhões (83,6%) como assalariadas e 6,6 milhões (16,4%) na condição de sócio ou proprietário. Na comparação com 2014, houve ligeira redução de 0,1% no número de empresas, 5 mil a menos. O pessoal ocupado encolheu 3,9%, com extinção de 1,6 milhão de postos de trabalho, praticamente todo esse volume perdido entre as vagas assalariadas.

Entre as empresas sobreviventes na passagem de 2014 para 2015, houve aumento de participação do grupo que não possuía pessoas ocupadas, além de decréscimo na fatia das demais três faixas de ocupação, o que mostra que as empresas reduziram de tamanho, apontou o IBGE.

Os salários e outras remunerações pagos pelas entidades empresariais totalizaram R\$ 982,4 bilhões em 2015, com um salário médio mensal de R\$ 2.168,91, equivalente a 2,8 salários mínimos.

A idade média das empresas ativas em 2015 era de 10,9 anos. Do total de empresas ativas, a taxa de sobrevivência foi de 84,4%; a taxa de entrada, 15,6%; e a taxa de saída, 15,7%. Segundo o levantamento, 97,7% do pessoal ocupado assalariado no ano de 2015 estava nas empresas sobreviventes; 2,3%, nas empresas recém-criadas; e 1,5%, nas empresas que saíram do mercado.

Atividades imobiliárias foi a atividade econômica que apresentou a maior taxa de entrada (22,3%), enquanto Informação e comunicação registrou a maior taxa de saída (21,1%).

CNC: alto desemprego explica inadimplência de setembro no maior nível em 7 anos

05/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

A taxa de desemprego ainda elevada ajuda a explicar o maior nível em sete anos na inadimplência, conforme apontado em setembro pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), afirmou Marianne Hanson, economista da entidade. Mais cedo, a CNC informou que a proporção das famílias com dívidas ou contas em atraso cresceu 0,4 ponto porcentual (p.p.) em setembro, para 25% das famílias. É o maior patamar desde maio de 2010.

Pela amostra, isso significa que 3,9 milhões de famílias estão inadimplentes de alguma forma – a metodologia da pesquisa da CNC considera não apenas atrasos em pagamento de dívidas nos bancos, mas em relação a qualquer “obrigação financeira” da família, incluindo contas de consumo, como água e luz.

Marianne explicou que a melhora no nível da atividade econômica, a cautela com novas dívidas e a liberação das contas inativas do FGTS de fato provocaram uma desalavancagem das famílias, com redução do endividamento. Mas isso não basta. “Tem uma parcela das famílias que conseguiram reduzir seu endividamento, mas tem também uma parcela muito significativa com dificuldades”, disse a economista.

A Peic mostrou que o percentual de famílias endividadas alcançou 58,4% em setembro de 2017, alta de 0,4 p.p. na comparação com agosto. O nível está abaixo da média histórica. Em setembro de 2014, quando a recessão ainda estava no início, o indicador estava em 63,1%.

Como a Peic considera no endividamento qualquer tipo de dívida, incluindo as pagas em dias, um aumento do nível de endividamento tende a contribuir para o avanço do consumo e da recuperação da economia, lembrou Marianne.

Segundo Marianne, a inadimplência continua subindo porque a melhora do mercado de trabalho ainda é recente e o efeito da liberação das contas inativas do FGTS já ficou para trás. “O efeito do FGTS foi pontual porque não foi um aumento de renda permanente”, disse a economista.

Por outro lado, a desaceleração da inflação tem efeito limitado, porque ela só representa uma melhora na renda de pessoas empregadas. Marianne destacou ainda que os resultados da Peic divergem dos apontados pelo Banco Central (BC) porque a pesquisa da CNC mede a inadimplência a partir de apenas um dia de atraso e não considera apenas as dívidas bancárias.

Quantidade de pedidos de recuperação judicial cai 58,6% em setembro, diz Serasa

05/10/2017 – Fonte: G1

Comparação é com o mesmo mês de 2016; número de falências também caiu.

O número de empresas que pediram recuperação judicial caiu 58,6% em setembro ante o mesmo mês do ano passado. Foram 101 requerimentos. Na comparação com agosto, a queda foi de 41,3%.

Os dados são da Serasa Experian e foram divulgados nesta quarta-feira (4).

De acordo com os economistas da instituição, a retomada do crescimento econômico e a redução da taxa de juros estão contribuindo para a diminuição dos pedidos de recuperação judicial em 2017, após os níveis recordes atingidos no ano passado.

As micro e pequenas empresas foram as que mais precisaram de intervenção da Justiça nos negócios, com 59 pedidos em setembro. As médias vieram na sequência, com 26. As grandes companhias fizeram 16 pedidos.

No acumulado de janeiro a setembro, foram 1.087 solicitações de recuperação judicial, 26,5% menos que no mesmo período de 2016, quando haviam sido registradas 1.479 ocorrências.

Nos primeiros nove meses do ano, as micro e pequenas empresas fizeram 632 pedidos, enquanto as médias requisitaram 292 e as grandes, 163.

Falências

Ainda de acordo com o levantamento da Serasa, os pedidos de falência caíram 4,3% em setembro na comparação anual (178 ante 186). Frente a agosto deste ano, porém, foi registrado aumento de 7,9%.

Novamente as micro e pequenas empresas lideraram a lista, com 99 requerimentos de falência, seguidas pelas grandes empresas, com 40, e pelas médias, com 39.

No acumulado do ano até setembro foram contabilizados 1.329 pedidos de falência, queda de 5,4% ante o mesmo período de 2016, quando foram registrados 1.405.

Nos primeiros nove meses deste ano, as micro e pequenas empresas fizeram 705 pedidos, enquanto as grandes solicitaram 337 e as médias, 287.

Com proposta decepcionante da UE, rodada de acordo com Mercosul é adiada

05/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

Com a proposta decepcionante apresentada pela União Europeia (UE) para o comércio de carne e etanol com o Mercosul, foi na prática adiada para novembro uma possível rodada decisiva para avançar na parte mais complicada do acordo, que é o que trata da troca de mercadorias entre os dois blocos. A meta de fechar o acordo em dezembro parece cada vez mais difícil de alcançar.

Depois de um atraso de um ano e quatro meses, os europeus completaram na terça-feira sua proposta para o capítulo do comércio de bens. Eles se propuseram a comprar, a cada ano, até 70.000 toneladas de carne e até 600.000 toneladas de etanol por ano.

Conforme mostrou o jornal "O Estado de S. Paulo" em sua edição do último sábado, esses números, que já eram conhecidos informalmente desde a semana passada, são consideradas inaceitáveis pelo setor privado.

Na avaliação dos negociadores sul-americanos, a proposta europeia não cumpriu o combinado. Isso porque as cifras são menores do que as que estavam sobre a mesa em 2004, quando as negociações do acordo chegaram a um impasse.

Na época, a intenção dos europeus era importar 100.000 toneladas de carne e 1 milhão de toneladas de etanol. Em 2010, foi firmado um compromisso que a nova oferta para retomar os entendimentos teria de ser um avanço em relação a 2004. Porém, o que se viu na atual rodada foi um retrocesso.

Na terça-feira, os negociadores do Mercosul e da União Europeia começaram a discutir como melhorar as propostas de parte a parte. Se tudo correr bem, esses parâmetros poderão ser decididos ao longo desta semana.

A melhora na oferta em si, porém, não deverá ocorrer na atual rodada. A negociadora-chefe da Direção-Geral de Comércio da Comissão Europeia, Sandra Gallina, disse que foi necessário causar muito descontentamento para trazer a proposta. "Não foi fácil chegar aqui com esses números", disse ela, num encontro com empresários sul-americanos promovido anteontem pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil).

Assim, ficou claro aos negociadores sul-americanos que no momento não há condições políticas de a Europa ampliar as cotas de produtos a importar do Mercosul. A expectativa é que novos números sejam apresentados na rodada programada para o período de 6 a 10 de novembro.

'Política de cotas' ameaça exportações brasileiras para a União Europeia

05/10/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária critica proposta europeia que estabelece cotas de exportações de etanol, carne e açúcar

Arquivo/Gazeta do Povo



Açúcar brasileiro é um dos produtos ameaçados pela proposta da União Europeia no acordo com o Mercosul

Apresentadas nesta terça-feira (3), as propostas da União Europeia (EU) para fechar um acordo comercial com o Mercosul não agradaram a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Entre elas, a possível redução de cotas para exportação de etanol, carne bovina e açúcar, além de tarifas acima do esperado preocupam entidades ligadas ao setor da agricultura.

Segundo o presidente da FPA, deputado federal Nilson Leitão (PSDB-MT), o Brasil chega a pagar tarifas acima de 75% para alguns desses produtos, o que impede o acesso ao mercado europeu.

“A pressão do setor é fundamental para reduzir os picos, escaladas e barreiras tarifárias existentes no comércio bilateral, bem como a incerteza regulatória e problemas de padrões sanitários e fitossanitários que impedem o Brasil de avançar na sua produção e exportação com os europeus”, destaca o presidente da FPA.

Na opinião do deputado, se as tarifas não forem zeradas, o Brasil corre o risco de ficar fora do circuito de exportação para a UE, que hoje é o segundo maior mercado de exportações agropecuárias do Brasil, atingindo US\$ 16,7 bilhões em 2016 - quase 20% do total exportado.

“É uma conta lógica. Se houver a redução da oferta agrícola e aumento ou até mesmo a manutenção das tarifas, os nossos produtores não vão conseguir acompanhar o ritmo de exportações”, afirma Nilson Leitão.

Acordo Mercosul-União Europeia: sem sair do papel

Esta não é a primeira vez em que Mercosul e União Europeia tentam um acordo bilateral entre os blocos econômicos. As negociações já se estendem há 17 anos, mas a falta de consenso de ambos os lados vem impedindo a conclusão do acordo.

O objetivo é que até dezembro deste ano um entendimento seja selado, e a nova oferta agrícola da União Europeia será determinante para a conclusão do acordo.

Práticas sustentáveis precisam ser viáveis economicamente, diz presidente do Conselho de Meio Ambiente da CNI

05/10/2017 – Fonte: CNI

Evento CNI Sustentabilidade, realizado nesta quarta-feira (4), em Brasília, debate oportunidades e desafios na agenda do desenvolvimento sustentável

“As iniciativas de sustentabilidade devem ser incorporadas à estratégia do negócio e não caracterizadas por ações de compensação” - Marcos Guerra



As práticas sustentáveis precisam ser viáveis economicamente e gerar resultados para atrair empreendedores e investidores. Essa foi a afirmação de Marcos Guerra, presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade da [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#), durante cerimônia de abertura da 6ª edição do evento [CNI Sustentabilidade](#), nesta quarta-feira (4), em Brasília.

O objetivo é debater tendências de negócios, tecnologias inovadoras, oportunidades e desafios na agenda do desenvolvimento sustentável. “As iniciativas de sustentabilidade devem ser incorporadas à estratégia do negócio e não caracterizadas por ações de compensação”, disse Guerra.

Ele destacou que nos últimos cinco anos, desde quando ocorreu a Rio+20, houve avanços das ações da indústria para a conservação do meio ambiente e para a eficiência no uso dos recursos.

No entanto, é possível melhorar o engajamento do setor industrial na agenda da sustentabilidade. “Um ambiente institucional política e economicamente estável e com o propósito de incentivar a sustentabilidade é condição necessária, mas não suficiente para avançarmos de forma consistente”, ressaltou.

Guerra mencionou que os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), são uma oportunidade para promover inovações nos negócios. “Observar os ODS como insumo para estratégias empresariais e políticas públicas é uma forma de articulação mais efetiva entre os objetivos sociais, ambientais e econômicos”.

Ele entregou ao secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente Everton Lucero, que representou o ministro José Sarney Filho, os 18 documentos que mostram iniciativas industriais para promover o desenvolvimento sustentável.

“A sustentabilidade precisa estar no centro da definição de políticas públicas. Precisamos de todos para que o tema entre na pauta econômica do país para que possamos ir para novos patamares de desenvolvimento”, afirmou Lucero.

INOVAÇÃO – Para o diretor do BRICLab da Universidade de Columbia, Marcos Troyjo, a sustentabilidade está fortemente ligada à Indústria 4.0 – que engloba tecnologias de automação e troca de dados e utiliza conceitos de sistemas ciber-físicos como internet das coisas e computação em nuvem.

Nesse sentido, destaca o especialista, um dos principais desafios será a formação de profissionais capacitados para lidar com essa nova realidade. “Estamos saindo da manufatura para a mentefatura”, afirmou Troyjo.

Segundo ele, a geração de valor não estará mais conectada à geração de emprego. “Muitos dos 14 milhões dos desempregados hoje no Brasil voltarão ao mercado de trabalho nos próximos 18 meses. No entanto, outros não conseguirão se reinserir nesse novo mundo que vem por aí”, disse Troyjo. “A palavra-chave para esse momento é re-capacitação e re-treinamento.”

O presidente-executivo da Volans Ventures, John Elkington, que criou o conceito do Triple bottom line – o tripé da sustentabilidade, que engloba o social, o ambiental e o econômico –, destacou que além do emprego, as mudanças futuras trarão outros desafios, como cybercrimes, mais pessoas adoecendo de depressão, distribuição de informações falsas, entre outros.

“Isso são indicações de que a agenda da sustentabilidade é sistêmica em que empresas terão cada vez mais dificuldades de cumprir com os acordos”, afirmou.

Elkington elogiou os esforços da CNI de reunir informações de aspectos sociais e ambientais do setor industrial brasileiro e, sobretudo, de olhar para toda a cadeia de fornecedores, que envolve empresas de menor porte. Destacou ainda que a mudança climática pode trazer muitas oportunidades para os negócios.

“Ninguém sabe ao certo que impacto terá 1,5°C a 2°C de aquecimento. Poderá trazer consequências dramáticas, mas o homo sapiens tem uma capacidade de fazer coisas incríveis quando estão encurralados”, ressaltou Elkington.

BNDES deveria abrir carteiras em novos segmentos, diz Rabello

05/10/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello de Castro, disse que a instituição deveria abrir carteiras de investimentos em novos segmentos. “Precisamos abrir carteiras novas em segmentos novos, não faz sentido ficar sentado em Vale, Petrobras e JBS”, afirmou nesta quarta-feira, 4, durante apresentação na Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, em São Paulo.

Dentre os novos segmentos de potencial atuação, ele citou a infraestrutura de segurança pública, e destacou a complicada situação do segmento, com presídios lotados e sucessivas rebeliões, sem que o governo tenha amplo conhecimento de sua população carcerária.

Rabello salientou, porém, que uma das prioridades do banco é financiar micro, pequenas e médias empresas, e reforçou a importância dos demais segmentos de infraestrutura.

BNDES: investimento do governo talvez não chegue a 0,3% do PIB

05/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Paulo Rabello de Castro, disse nesta quarta-feira, 4, que, em meio à crise, o governo desceu ao nível mais baixo de seus próprios investimentos no total do Produto Interno Bruto (PIB), a menos de 0,5%, “se bobear, não chega a 0,3% do PIB”, disse, durante apresentação na Câmara de Comércio Árabe Brasileira. “Pode não atingir R\$ 20 bilhões (...) num número que chegou a R\$ 100 bilhões”, disse.

Ele lembrou que no período do milagre econômico, nos anos de 1960, o investimento governamental chegou a 4% do PIB, mas ponderou que a economia da época era menor e apresentava grandes necessidades.

Rabello destacou que o Brasil está “no fundo do poço” no que diz respeito ao ritmo de investimento e Formação Bruta de Capital próprio, estando aquém do nível de 25% do PIB que deveria realizar, tendo como base a média observada em outros países.

Artigo: A reforma trabalhista e a desinformação

05/10/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

É importante que todos os posicionamentos favoráveis e contrários à reforma trabalhista sejam exteriorizados neste momento de profundas mudanças



José Cruz/Agência Brasil

Recentemente, li reportagem que me deixou muito intrigado – na verdade, perplexo. Com argumentação aparentemente científica e procedente de dados oficiais, apresentava a seguinte afirmação: “Reforma deve aprofundar fosso salarial de não sindicalizado”.

O texto era contundente: “As novas regras trabalhistas devem aprofundar a diferença salarial entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados, na visão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)”, à medida que, segundo estudo coordenado pelo instituto, “sindicalizados ganham 33,5%, na média, mais que os não sindicalizados”. A pergunta que se faz: como assim?

Se isso, de fato, fosse uma realidade, seria a “materialização jurídica da inconstitucionalidade”. Não é possível esse tipo de discriminação, ainda que eventualmente alguém possa considerá-la positiva. Um trabalhador sindicalizado não pode, somente por essa condição, ganhar mais ou ter qualquer outro benefício sobre um trabalhador que não pertença associativamente a um sindicato.

Aliás, a Constituição Federal é taxativa neste sentido. No seu artigo 8.º, inciso V, ela é enfática: “ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato”. Logo, essa condição não é meio para se obter qualquer benesse institucional.

Mais ainda: todos os instrumentos coletivos – acordos ou convenções coletivas de trabalho – que trazem direitos (além daqueles previstos em lei) aos trabalhadores pertencentes a uma determinada categoria que o sindicato representa não fazem quaisquer distinções ou irradiações diferenciadas entre os direitos ali previstos para trabalhadores sindicalizados ou não, pois estão juridicamente proibidos de fazê-lo. Não há diferença.

De onde vêm, então, os dados citados na matéria dizendo que essa diferenciação existe? Que, por exemplo, “os trabalhadores não sindicalizados ganhavam, em média, R\$ 1,675,68, e os associados a sindicatos ganhavam R\$ 2,237,86”?

Ou, então, que “36% dos sindicalizados recebem auxílio-saúde, contra 20,3% dos não sindicalizados”? Que “63,9% dos trabalhadores sindicalizados têm acesso ao auxílio-alimentação, ante 49,3% dos não sindicalizados”? Difícil saber. Jurídica e estatisticamente, isso não existe. Juridicamente, é impossível, é inconstitucional. Revela-se, pois, como mais uma “pós-verdade”.

Que os sindicatos têm um papel importantíssimo na defesa dos trabalhadores ninguém contesta – eles têm essa função e obrigação por força da Constituição Federal, que prevê que lhes cabe a defesa dos interesses individuais e coletivos de todos os trabalhadores da categoria.

Que, com a reforma trabalhista, eles terão mais força política e institucional, disso igualmente não há dúvida. Mais ainda: por certo, todos sabem, a associação de trabalhadores aumenta ainda mais esse vigor representativo. Agora, daí a se concluir que quem não é associado perderá com a reforma trabalhista há uma distância muito grande. Além de simplesmente não ser verdade sob a ótica legal.

Os sindicalizados atualmente, e somente por esse motivo, já têm mais direitos que os demais. Se não têm, como podem perdê-los? Como perder alguma coisa que não se tem? Não há o mínimo fundamento técnico-jurídico e mesmo científico para essa despropositada afirmação, na medida em que não existe suporte legal para sustentar uma assertiva como esta.

É importante – na verdade, democraticamente imprescindível – que todos os posicionamentos favoráveis e contrários à reforma trabalhista sejam exteriorizados neste momento de profundas mudanças. Podem e devem, por certo, ser embasados em crenças ideológicas e posicionamentos políticos.

Tudo isso faz parte do jogo democrático. Mas divulgar determinada apuração, em estudos científicos e estatísticos, com base em dados que são na origem ilícitos, por ausência de possibilidade jurídica de materialização, não é legal nos dois sentidos: jurídico e democrático. Não se pode utilizar pesquisas da mesma maneira que um bêbado utiliza um poste, mais pelo apoio que pela iluminação.

Antonio Carlos Aguiar

é doutor e mestre em Direito do Trabalho, diretor do Instituto Mundo do Trabalho e professor da Fundação Santo André e da PUC-SP.

Ministro: “Modernização vem para tornar o país mais efetivo e menos burocrático”

05/10/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho

Ministro fez palestra nesta quarta-feira (4) em evento da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul



“A modernização trabalhista veio para que os direitos dos trabalhadores sejam resguardados e para que sua consolidação, a partir do dia 11 de novembro, produza a modernização do Brasil, tornando-o mais efetivo e menos burocrático”, disse o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, nesta quarta-feira (4), em Porto Alegre, durante o evento “Tá na Mesa”, promovido pela Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul).

“Essa serenidade, calma e tranquilidade do ministro, essa leveza ao falar, nos traz segurança, o que o Brasil tanto precisa”, salientou a presidente da Federasul, Simone Leite.

A nova legislação trabalhista, que passa a vigorar em novembro, tornará mais amplas, seguras e inclusivas as relações de trabalho no Brasil, segundo Ronaldo Nogueira. O ministro destacou os três eixos da modernização trabalhista: segurança jurídica, garantia de direitos e geração de empregos.

E advertiu: "Para que uma sociedade evolua é necessário que quatro alicerces estejam bem estruturados: os detentores do capital, os empreendedores, os que possuem a técnica e o governo, sendo este último responsável pelo poder de regulação das atividades".

Ronaldo Nogueira ressaltou em sua palestra que não há chances de a contribuição compulsória sindical voltar. "O imposto sindical nunca mais será obrigatório no país. Estamos seguindo uma recomendação da OIT (Organização Internacional do Trabalho). A contribuição deve ser espontânea", afirmou.

O ministro salientou ainda o investimento do Ministério do Trabalho na criação do sistema antifraude do seguro-desemprego. A estimativa é que gerará uma economia para os cofres públicos de até R\$ 1,3 bilhão em 2017.

Realizado no auditório da Federasul, o evento contou com a participação de Fabiano Dallazen, procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul.

Trabalhadores dos Correios fazem protesto no centro de SP

05/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

Em estado de greve há duas semanas em todo o País, os funcionários dos Correios realizam nesta quarta-feira, 4, uma manifestação na região central de São Paulo. Os manifestantes fecharam parcialmente a Avenida Paulista no começo de tarde e, por volta das 13h, seguiam pela Avenida Consolação em direção ao Vale do Anhangabaú.

A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e a Polícia Militar (PM) acompanhavam a manifestação, que seguia pacífica. Parte da avenida Consolação, no sentido do Centro, foi bloqueada para carros.

A greve acontece por um impasse na negociação salarial para o próximo ano base, que começou em agosto último. Os Correios oferecem a manutenção de benefícios e 3% de reajuste em salários, que passariam a vigorar a partir de janeiro de 2018.

Os trabalhadores, por sua vez, pedem 10% de aumento nos benefícios e reajuste de R\$ 300 nos salários, equivalente a cerca de 18% de aumento para o piso da categoria, que hoje é de R\$ 1.613.

Para o manifestante Robson Carvalho, carteiro há 11 anos, a luta da categoria é por mais direitos trabalhistas. "Para suprir rombo (de receita da empresa), os Correios estão demitindo. Não acho justo. Além disso, estão cortando plano médico de familiares", reclamou o funcionário.

A greve dos funcionários dos Correios, que atinge todo o País, começou no dia 20 de setembro. Trabalhadores também reforçam que são contra a privatização da estatal. "Os nossos direitos não podem ser tirados. Queremos nossos benefícios e não queremos a privatização", disse André Luiz que participava da manifestação.

Além do protesto, uma audiência de conciliação será realizada nesta quarta-feira, às 16h, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, entre os Correios e as federações que representam os funcionários da estatal.

Em 28 de setembro, o vice-presidente do TST, Emanoel Pereira, no entanto, declarou a greve abusiva.

Em São Paulo, mutirões foram realizados aos fins de semana para diminuir o estoque de entregas que ficou acumulado nas agências em razão da paralisação.

TST propõe acordo para Correios e trabalhadores em greve

05/10/2017 – Fonte: G1

Trabalhadores têm até sexta-feira para decidir se aceitam proposta; greve começou em 20 de setembro e afeta parcialmente os serviços de Sedex.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) apresentou nesta quarta-feira (4) à tarde uma proposta de acordo coletivo para os funcionários dos Correios, que estão em greve desde o dia 20 de setembro. Os Correios informaram que aceitaram a proposta e que aguardam a decisão dos trabalhadores sobre o assunto.

As federações que representam os trabalhadores dos Correios terão 48 horas para decidir se aceitam ou não a proposta.

A Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), que tem 31 sindicatos filiados e decretou greve no último dia 20, disse que sua equipe de negociação vai se reunir em Brasília ainda nesta quarta-feira para avaliar a proposta.

A proposta de acordo coletivo foi apresentada pelo ministro Emmanoel Pereira. Veja os principais termos:

- reajuste de 2,07% (INPC) nos salários e benefícios retroativo ao mês de agosto deste ano
- compensação de 64 horas e desconto dos demais dias de ausência
- manutenção de cláusulas sociais no acordo

Serviços afetados

De acordo com entidades que representam os funcionários, a paralisação é parcial, com redução de funcionários nas agências, e afeta principalmente a área de distribuição. As agências franqueadas não estão participando da greve - são cerca de 1 mil no país. Já as agências próprias totalizam mais de 6.500 pelo país.

Os Correios garantem que a rede de atendimento está aberta e todos os serviços, inclusive o Sedex e o PAC, continuam disponíveis. Apenas os serviços com hora marcada (Sedex 10, Sedex 12, Sedex Hoje, Disque Coleta e Logística Reversa Domiciliária) estão suspensos.

Em evento, Temer diz que trabalhador e empresário estão se unindo no país

05/10/2017 – Fonte: Bem Paraná

A cerca de mês da entrada em vigor da polêmica reforma trabalhista, o presidente Michel Temer afirmou nesta quarta-feira (4) que o trabalhador e o empresário estão se unindo no país.

"De um lado o trabalhador e de outro lado o empresário têm que fazer o que estão fazendo recentemente, se unindo, se unificando", afirmou o presidente em discurso no Palácio do Planalto. O governo prometeu o envio de uma medida provisória com mudanças na reforma trabalhista, em troca do apoio de senadores ao texto idêntico ao da Câmara. As centrais sindicais, também interessadas nas alterações, têm tido reuniões com o governo, mas o texto ainda não foi enviado ao Congresso.

A reforma entra em vigor em novembro. O evento anunciava a criação de medidas para pequenas e médias empresas, como a reformulação do portal destinado aos

empreendedores, a Semana Nacional do Crédito e uma parceria de universidades para capacitação de empresas.

Com impopularidade recorde segundo a mais recente pesquisa Datafolha, Temer busca agenda positiva com um dos grupos que dão maior sustentação ao seu governo, o empresariado. "Aos micro e pequenos empresários o agradecimento do governo brasileiro que sabe que sem a participação da iniciativa privada não consegue governar", disse Temer.

Do outro lado, a reforma que flexibiliza as leis trabalhistas é um dos pontos mais polêmicos da gestão Temer. Para sindicatos e associações de procuradores e advogados do trabalho, as mudanças levam à precarização do mercado de trabalho, ao aumentar a insegurança de profissionais e retirar direitos da CLT.

A nova lei sofreu intensa campanha contrária por parte de centrais sindicais e movimentos de esquerda e entra em vigor em novembro de 2017. Já as entidades patronais argumentam que se trata de uma modernização da legislação, que promove maior flexibilidade na contratação e na demissão e dá mais poder para a negociação entre sindicato e empresa.

Governo quer deixar MP do Refis caducar

05/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

Após nove meses de negociação em torno da medida provisória que cria o programa de parcelamento de débitos tributários, o novo Refis, o governo quer mesmo é que a MP perca a validade. O texto aprovado na Câmara na semana passada com as alterações feitas na terça-feira, 3, pelos deputados derrubam a arrecadação de R\$ 8,8 bilhões já garantida pela equipe econômica.

O prazo máximo para votação no Congresso termina no dia 11 de outubro e, segundo apurou o **Estadão/Broadcast**, a avaliação é que dificilmente haverá tempo suficiente para que a tramitação seja concluída. Como o relator da MP no Senado, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), já disse que fará mudanças no texto aprovado, a MP terá de retornar à Câmara. O senador informou ontem que vai retirar do texto duas emendas incluídas pelos deputados durante a votação de anteontem.

Segundo ele, não entrarão em seu relatório os itens que preveem benefícios a igrejas e instituições de ensino vocacional. "Vou derrubar essa MP se permanecerem essas duas emendas", disse Ataídes. O relator admitiu que o texto deverá ser devolvido à Câmara, com risco de expirar e perder o seu efeito. Nesse caso, fica valendo o texto original, enviado pelo governo. O prazo de adesão vai até dia 31.

Para o governo, esse é o melhor cenário porque garante mais recursos aos cofres da União, admitiu um integrante da equipe econômica. Os últimos dados divulgados apontaram uma arrecadação já garantida de R\$ 8,8 bilhões, mas que pode ser extremamente reduzida para R\$ 3,2 bilhões com as mudanças apenas no texto-base aprovado pela Câmara. Não foram divulgadas projeções do quanto cairia a arrecadação com as emendas aprovadas na terça-feira.

Se, por outro lado, a votação da MP acelerar, a equipe econômica trabalha para minimizar no Senado o impacto das mudanças feitas pelos deputados. Com tantas alterações nas regras e indefinições em torno da MP, o Ministério da Fazenda parou de fazer cálculos sobre o impacto do Refis.

A expectativa do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), é votar a MP hoje ou na próxima terça-feira, 10. O texto aprovado pelos deputados prevê perdão de dívidas tributárias com a Receita Federal de igrejas, entidades religiosas e instituições de ensino vocacional sem fins lucrativos. A remissão vale para débitos inscritos ou não

na Dívida Ativa da União, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores ou que são alvo de discussão administrativa ou judicial.

A segunda emenda favorável às igrejas estabelece isenção de cobrança de tributos da União incidentes sobre patrimônio, renda ou serviços para igrejas e instituições de ensino vocacional. A isenção valerá por cinco anos para entidades que exerçam atividade de assistência social, sem fins lucrativos.

“Não posso, em momento algum, concordar com isso aqui. Estamos com a reforma da Previdência em discussão”, disse Ataídes. O relator afirmou que, embora ele próprio possa ser beneficiado pelo programa de refinanciamento proposto pelo governo por ser empresário, é contra esse tipo de parcelamento. “Refis é para proteger sonegadores. Digo isso como empresário que sou”, disse. “Brincar de ficar fazendo Refis não dá, não é coisa de país sério.”

Em meio ao impasse, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ontem que o governo faça uma reavaliação da arrecadação com o programa, diante de um valor provisório de R\$ 1,8 bilhão arrecadado com a medida até agosto. O órgão também cobra o comprometimento de uma reestimativa quando houver “parâmetros definitivos”

Dyogo diz que houve recuperação da arrecadação em agosto, com Refis e retomada

05/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

O governo deve enviar “em breve” a complementação da proposta de Orçamento de 2018, disse nesta quarta-feira, 4, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Ele explicou hoje a deputados durante audiência pública que a proposta precisou ser encaminhada com valores menores de despesas discricionárias, como investimento, porque o Congresso Nacional não aprovou a mudança da meta de resultado primário a tempo de permitir o envio com um rombo maior, de R\$ 159 bilhões.

O ministro ressaltou que, com a nova versão do Orçamento, as despesas discricionárias voltarão a um patamar mais razoável na previsão para 2018. Mesmo assim, ele ressaltou que a situação de restrição é um prenúncio do que ocorrerá sem as reformas estruturais, principalmente a da Previdência. A ausência dessas reformas também pode comprometer a retomada do crescimento, alertou Oliveira.

“Houve recuperação da arrecadação em agosto, em parte por Refis (parcelamento de débitos tributários), mas também pela retomada do crescimento. Não temos os dados de setembro, mas tudo leva a crer que teremos cenário positivo de arrecadação. Os três últimos meses do ano não vão recuperar 2017 inteiro, mas dados são positivos, nos parecem sedimentados na arrecadação normal, não em eventos atípicos”, disse.

“Agora, se quisermos viver estado de crise permanente, aí é só deixar tudo como está”, advertiu o ministro. Ele defendeu a aprovação da reforma da Previdência “o quanto antes, se possível ainda este ano”.

Depois da Previdência, a prioridade do governo será a condução de uma reforma tributária, cujo objetivo será a “simplificação”, disse o ministro. Ele ponderou, no entanto, que prever a tributação de lucros das empresas e do recebimento de dividendos por pessoas físicas, como é defendido por alguns economistas, seria “contraprodutivo” no País.

Ainda para melhorar o cenário fiscal, o ministro defendeu a criação do Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ele citou, porém, alguns entraves, como o fato de o conselho ser interfederativo. “Isso realmente precisa

ser regulamentado, mas há algumas discrepâncias por essa questão interfederativa, precisamos ver como contemplar interesses de todos os entes”, explicou.

Perguntas

Oliveira também se dedicou a responder a questionamentos dos parlamentares, um deles sobre a aplicação de recursos para a revitalização do Rio São Francisco. Segundo o ministro, o modelo de privatização da Eletrobras prevê a obrigação da empresa de investir R\$ 500 milhões ao ano no projeto, algo hoje impossível para a estatal, que enfrenta dificuldades financeiras.

O ministro também respondeu a deputados gaúchos sobre o processo de adesão do Rio Grande do Sul ao regime de recuperação fiscal. Segundo Oliveira, o ideal é que o Estado “se adeque” às regras aprovadas na lei que cria o RRF.

Atual sistema tributário brasileiro é injustiça brutal, diz especialista

05/10/2017 – Fonte: Bem Paraná

O atual sistema tributário brasileiro necessita de uma reforma para consertar distorções, como a cobrança de valores proporcionalmente maiores dos mais pobres através dos impostos sobre produtos, e incluir gastos dos governos com recuperação e fiscalização ambiental.

Essa foi a conclusão dos participantes de um debate sobre reforma tributária durante o 2º Fórum Economia Limpa, realizado pela Folha de S.Paulo com o patrocínio da Abralatas (Associação Brasileira de Fabricantes de Latas de Alumínio) nestas terça (3) e quarta (4).

"Quem paga mais tributos proporcionalmente no Brasil é o pobre, e isso é uma injustiça brutal. Essa é a primeira questão a ser atacada", disse Odilon Guedes, professor de economia da Faap (Fundação Armando Álvares Penteado) e ex-vereador paulistano atualmente filiado ao PSOL.

Segundo Guedes, impostos indiretos, como o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) deveriam ser reduzidos. A perda de receita do Estado seria compensada pela ampliação da cobrança de tributos diretos proporcionais à renda. No cenário atual, a redução da carga tributária total não é viável, de acordo com Guedes.

"O Estado não tem de ser grande ou pequeno, mas deve ser suficiente para atender a sociedade. Ele precisa de recursos para despoluir o rio Pinheiros e fazer fiscalização ambiental." Impostos da esfera municipal, como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), também deveriam passar por mudanças e ter partes destinadas à construção de corredores de ônibus e melhorias no transporte público.

Gustavo Patu, jornalista da Folha de S.Paulo especializado em economia, apontou, além da quantidade de impostos indiretos, outras duas características do sistema vigente que considera como defeitos.

Para Patu, apesar de ser elevada se comparada à de países economicamente semelhantes ao Brasil, a carga é ainda insuficiente para atender às demandas da sociedade.

A complexidade das regras também colabora para que apareçam distorções. A tentativa de atender aos diferentes casos teria permitido que grupos mais influentes conseguissem criar regras mais convenientes para seus membros, de acordo com Patu.

"Todos concordam que uma reforma nesse sentido é necessária, mas cada um tem seu próprio roteiro de como ela seria. Em geral, significa diminuir a carga de impostos que paga e aumentar a dos outros." O programa de financiamento de dívidas tributárias do governo federal também foi criticado pelos debatedores.

"O Refis estimula um planejamento agressivo do empresário, que dialoga com a sonegação ao se amparar na possibilidade de que o financiamento da dívida seja aprovado", afirmou Ivan Cordeiro, agente fiscal de rendas da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo.

Para Cordeiro, benefícios tributários devem contar com a confiança no governo para surtir resultados positivos. "Se os agentes econômicos não confiam que o governo irá manter uma tributação promocional, não há incentivo para investir em melhores processos e tecnologias."

Brasil precisa discutir tributação verde, mas faltam dados, dizem especialistas

05/10/2017 – Fonte: Bem Paraná

A tributação verde precisa começar a ser discutida de forma mais aprofundada no Brasil, mas o tema ainda esbarra na falta de dados econômicos e ambientais para respaldar uma mudança fiscal na direção da economia de baixo carbono. Essa foi uma das conclusões do debate sobre tributação verde em tempos de crise, que abriu o segundo dia do Fórum Economia Limpa 2, promovido pela Folha de S.Paulo em parceria com a Abralatas, em São Paulo.

A economista Helena Veronese, autora de um estudo sobre o tema feito a pedido da Abralatas, afirmou que uma das maiores dificuldades da pesquisa foi obter dados setoriais, fiscais e de emissão de gases de efeito estufa que permitissem simulações dos impactos das mudanças climáticas sobre os setores econômicos no Brasil.

"Não chegamos a fazer simulação setorial, pois não havia dados suficientes para fazer um bom estudo econométrico", afirmou. A primeira medida necessária para que a discussão sobre tributação verde avance é justamente a construção de uma base de dados com estudos de eficiência dos tributos, impactos dos impostos federais em cada setor e o quanto cada empresa e setor emite de gases de efeito estufa.

Na avaliação da economista, esse primeiro passo precisa ser dado logo, para que a reforma tributária contemple a tributação verde e corrija as distorções no sistema de preços, que oneram quem produz de forma sustentável e não punem os setores mais poluidores da economia.

"Sem incentivos para empresa de produção limpa, não há condição de igualdade para produzir, pois o custo da produção sustentável é maior, embora gere mais benefícios sociais. Um mecanismo de tributação verde conseguiria alinhar essa diferença, mas precisa começar agora."

Marcos Lisboa, diretor-presidente do Insper, afirmou que o Brasil não poderá fugir à discussão, mas deve começar por questões básicas ainda não resolvidas da esfera do meio ambiente. É o caso dos precários índices de saneamento básico em todo o país e da governança da questão hídrica, pois a crise da água em São Paulo em 2014 mostrou que o tema ainda é mal gerenciado, mesmo no Estado mais rico do país.

"São temas elementares, mas que ainda não conseguimos nos organizar para ordenar." Outro tema que as cidades brasileiras precisam começar a considerar é o pedágio urbano, já implementado com sucesso em metrópoles como Londres e Cingapura, mas ainda um imenso tabu no Brasil.

"Um imposto verde ideal para começar essa discussão seria o pedágio urbano, pois os carros são a principal fonte de poluição das cidades. Quanto mais se usar a rua, mais se paga. Vai ser duro para a elite, mas ajusta o trânsito e induz investimentos em transporte coletivo", declarou Lisboa.

O economista defende ainda o aumento das taxas sobre o uso da água dos aquíferos, especialmente para indústria e irrigação, com direcionamento dos recursos para despoluição de rios, saneamento e gestão da água e dos resíduos nas cidades. A Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), ligada às Nações Unidas, apoia a ideia de uma reforma fiscal com fins ambientais para a região.

Para Carlos Mussi, representante da Cepal no Brasil, é preciso inserir o tema em um contexto de planejamento de longo prazo e definir o destino em que o tributo será aplicado.

"Todo passivo ambiental será um passivo fiscal no futuro. A economia precisa trazer as externalidades negativas de suas atividades, e um dos caminhos para isso é a tributação verde." Mussi concorda que a falta de informações impõe restrições a estudos mais aprofundados sobre o impacto das mudanças climáticas na América Latina.

Um estudo recente da Cepal esbarrou na falta de informações consistentes sobre a costa brasileira, e só foi possível fazer simulações para o Estado de Santa Catarina.

Para especialistas, antes de taxar o carbono é preciso reformar tributação

05/10/2017 – Fonte: Bem Paraná

O Brasil precisa simplificar e tornar mais justo seu sistema tributário antes de criar novos impostos sobre as atividades poluidoras, sugeriram os debatedores da mesa que encerrou o 2º Fórum Economia Limpa. "O sistema tributário brasileiro é péssimo, é um dos piores do mundo", afirmou Marcos Villas-Bôas, consultor jurídico e ex-conselheiro do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), do Ministério da Fazenda.

"A gente precisa, antes de tudo, fazer uma simplificação do sistema, acabar com todas as diferenciações e incentivos variados decorrentes de indicações políticas." Após tais mudanças, que enfrentam desde sempre dificuldades no Congresso, Villas-Bôas acredita que o país poderia adotar, não um imposto, mas "arranjos mercadológicos, como a precificação do carbono", em que o governo impõe os limites de emissão de CO2 às empresas, mas estas ficam livres para negociar entre si a compra e a venda de créditos.

Villas-Bôas destacou o caso da Austrália: o país criou uma taxa sobre a emissão de carbono que acabou descontinuada - muitas empresas estariam fechando por não poder arcar com o custo sobre suas emissões, e o preço de alguns produtos, como o gás de cozinha, disparou. O consultor mencionou ainda o caso de British Columbia, no Canadá, onde um imposto foi criado sobre os combustíveis, mas com peso diferente segundo seu impacto poluidor.

"Tudo isso é viável no Brasil. Mas não se deveria criar uma nova taxa antes de resolver os problemas, que são gravíssimos". TRIPLO DIVIDENDO Em um momento como a atual crise econômica brasileira, seria mais justo focar em ações com "duplo dividendo": quando o governo tributa uma atividade poluidora e desonera outra que polua menos.

"Assim não se tem aumento da carga tributária", explicou James Marins, advogado especialista em direito tributário. Por exemplo, quando se taxa o uso de combustíveis

fósseis e se desonera a folha de pagamentos de uma empresa ao mesmo tempo. Mas seria ainda possível e útil pensar num "terceiro dividendo"-a inovação.

A ideia é estimular os mercados a encontrar saídas alternativas para sua atividade poluente. É o caso da Alemanha, que criou um programa em que se estimula fiscalmente a adoção de matrizes ecológicas para geração de energia limpa, como a eólica e a fotovoltaica.

"Isso aconteceu graças ao investimento maciço de empresas que querem se aproveitar dos benefícios fiscais para resolver os problemas." Outro exemplo é o americano, onde os próprios consumidores conseguem redução do imposto de renda se comprovarem a instalação de placas de energia solar em casa. Assim, evita-se um imposto regressivo, que acabe pesando desproporcionalmente sobre o consumidor final.

No Brasil estamos muito atrás, segundo James. E isso devido a uma concepção atrasada de tributação neutra, não só no mercado como na academia. "A tributação não é neutra, em hipótese alguma", frisou o advogado. E, visto que "estimula e desestimula comportamentos", ela deveria ser pensada em sua dimensão ética. Os tributos brasileiros são pensados de forma puramente arrecadatária, caso da Cide ou das taxas de energia elétrica.

"Deveríamos usar tributos já existentes, como o IPI ou o ICMS, para desestimular atividades poluentes e gerar a necessidade de contrapartida de inovação para superar os desafios do século 21. Em resumo, nós precisamos de uma reforma tributária moral."

A EXPERIÊNCIA MEXICANA Ressaltando a diferença entre as políticas econômicas do Brasil e do México -enquanto o primeiro cobra mais impostas e gasta mais, o segundo taxa menos a população, mas gasta menos-, Evelyne Rodriguez, ministra para a América Latina da agência Promexico, contou a experiência da segunda maior economia da América Latina na taxação de carbono.

O México tem, desde 2014, um imposto específico que incide sobre toda a cadeia dos combustíveis fósseis (fabricantes, produtores e exportadores). "É um imposto que o poluidor paga, princípio adotado pela OCDE como guia de recomendações para políticas ambientais", afirmou.

O objetivo seria internacionalizar o custo social do CO2 "e mudar o comportamento dos agentes econômicos para a geração de investimentos de baixo carbono". A proposta inicial, disse, era taxar todos os combustíveis fósseis a um preço em torno de 70 pesos ou cerca de U\$ 5 por tonelada. Após muita negociação no Congresso, a lei isentou, por exemplo, o gás natural e taxou em apenas U\$ 3 a tonelada de CO2. Mesmo assim, a arrecadação do governo com o imposto foi de U\$ 1,4 bilhão em três anos. "Tem sido uma importante arrecadação para o governo federal."

É possível ter uma economia limpa sem novos impostos, diz especialista

05/10/2017 – Fonte: Bem Paraná

A criação de um imposto especificamente ambiental no Brasil não é viável. A afirmação foi feita pelo ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, nesta terça-feira (4), em sua palestra de abertura do 2º Fórum de Economia Limpa. Segundo Maciel, o artigo 154, inciso 1 da Constituição, estabelece que a União é responsável por facultar a criação de imposto desde que não ele seja de espécie já prevista nem tenha base de cálculo e fato gerador comum a outro imposto existente.

Contudo, afirmou, seria possível manejar a tributação já existente para estabelecer incentivos (e desincentivos) e criar taxas e penalidades, a fim de tornar sustentável a

produção de bens e serviços. O ex-secretário chamou o instrumento de extrafiscalidade.

"Quando eu falo que quem é mais pobre paga menos imposto e quem é rico paga mais, por exemplo, estou dando uma conotação extrafiscal ao tributo." Everardo deu como exemplo a decisão de estender para os carros flex a alíquota diferenciada de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), até então limitada aos carros a álcool.

"Todos os fabricantes de automóveis me procuraram dizendo que não havia tecnologia para isso. Com a mudança da legislação, em seis meses todos os carros eram flex." O ex-secretário também citou a isenção de tributos para a energia alternativa como exemplo do uso extrafiscal do IPI e a criação da Cide para combustíveis (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), que prevê tratamento diferenciado para os carros movidos a álcool.

Inflação de serviços da Fipe desacelera para 0,32% em setembro em SP

05/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Serviços (IGS) desacelerou em setembro na capital paulista em relação a agosto, mas ainda continua acima da taxa oficial de inflação. De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), o IGS atingiu 0,32% no nono mês deste ano, depois de 0,54% anteriormente. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação paulistana, ficou em 0,02%, no confronto com 0,10% em agosto.

Grande parte da explicação dessa discrepância está amparada nos preços de alimentos. No IPC-Fipe, o grupo Alimentação acumula queda de 2,51% neste ano e de 3,41% em 12 meses até setembro. Essas taxas representam uma grande diferença em relação às altas de 1,09% e de 2,25% do IPC, registradas de janeiro a setembro e no acumulado em 12 meses.

Enquanto o grupo Alimentação tem a segunda maior participação na composição do IPC, de quase 25%, no IGS a influência vem somente dos gastos com alimentos fora de casa, que ainda estão em nível elevado. De janeiro a setembro, acumula 3,63% e tem alta de 5,29% em 12 meses. "O IGS continua acima da média principalmente por causa de Alimentação", diz o coordenador do IGS e do IPC, André Chagas. Em setembro, alimentação fora do domicílio avançou 0,28% no IGS.

A despeito de as taxas estarem desacelerando, o ritmo ainda é lento, confirmando a resistência do setor. "O segmento segue mais pressionado, tem certa rigidez em relação aos preços de outras categorias. Porém, serviços estão dando sinais de arrefecimento", afirma.

Para efeito de comparação, em setembro de 2016, a variação acumulada no ano do IGS era de 4,52% e de 5,84% em 12 meses. Já as variações do IPC estavam em 5,33% de janeiro a setembro de 2016 e em 8,26% em 12 meses até setembro do ano passado.

Mensal

Em setembro, o encarecimento de serviços de utilidade pública como energia elétrica (1,10%) e gás de botijão (4,42%) pressionaram a inflação de serviços na capital paulista, conforme a Fipe.

Os gastos com lazer, por sua vez, foram na contramão, ajudando a aliviar o IGS, segundo Chagas. O item recreação, por exemplo, teve queda de 3,74% em setembro.

IPC de Curitiba acelera 0,10% em setembro

05/10/2017 – Fonte: Bem Paraná

O Índice de Preços ao Consumidor do município de Curitiba (IPC), apurado pelo IPARDES, registrou, durante o mês de setembro, variação de 0,10%, resultando em aceleração de menor intensidade diante dos resultados de 0,65% de agosto e 0,36% de setembro de 2016.

Essa taxa mensal influenciou na elevação do acumulado durante o ano para 2,33%, enquanto agiu inversamente no cálculo do índice acumulado em 12 meses, que retraiu para 2,79% frente às variações de 3,06% do mês anterior e 7,57% para o mesmo período do ano passado.

CONTRIBUIÇÕES

O grupo Transporte foi responsável pela maior pressão sobre o resultado final ao variar 1,12%, contribuindo com 0,3311 pontos percentuais no índice geral. Destacam-se os aumentos de 2,65% em automóvel de passeio nacional zero km, 1,91% em gasolina comum, 2,87% em conserto de veículos, 7,26% em seguro voluntário de veículo, 0,29% em automóvel usado e 0,99% em motocicleta zero km.

Os grupos Comunicação, com alta de 1,08%, e Educação, com variação média de 0,31%, contribuíram, respectivamente, com 0,0510 e 0,0099 pontos percentuais no total do índice.

Os demais segmentos de despesas apresentaram decréscimos, suavizando o comportamento mensal do IPC.

O grupamento Saúde e Cuidados Pessoais (-1,14%) sofreu o impacto das retrações nos preços de perfumes (-2,79%), medicamentos para combate à gripe e tosse (-4,32%), vitaminas (-1,52%) e remédio para problemas de estômago (-4,78%).

Vestuário (-1,04%) foi influenciado por blusa e camisa femininas (-8,03%), sapato e bota femininos (-8,06%) e vestido adulto (-5,84%).

Em Habitação a variação foi de -0,23%, tendo como principal destaque a oscilação em energia elétrica residencial, a qual, por conta da adoção da bandeira tarifária amarela, retraiu -1,62%.

O grupo Despesas Pessoais (-0,33%) refletiu as quedas em ingressos para casas noturnas (-6,19%), e brinquedos e jogos (-2,95%).

A queda de -0,12% em Alimentos e Bebidas foi contemplada pelos preços menores em leite integral (-2,97%), leite desnatado (-5,44%), alface (-17,35%) e cebola (-16,87%).

Dyogo: Brasil está muito próximo do CDS que tinha com grau de investimento

05/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

O risco de aplicar recursos no País na visão dos investidores, medido pelo Credit Default Swap (CDS), está hoje em níveis próximos ao patamar de quando o Brasil ainda possuía grau de investimento, destacou nesta quarta-feira, 4, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Segundo ele, o risco país medido pelo CDS está em 178 pontos, ante 171 pontos quando o País tinha o selo de bom pagador. "Isso mostra melhora da avaliação que é feita do Brasil em termos de risco", afirmou em audiência pública na Câmara dos Deputados.

O ministro reconheceu, porém, que o governo ainda tem pela frente um grande desafio, que é o ajuste fiscal.

Com a perspectiva de voltar a ter receitas superando despesas (um superávit) apenas em 2021, Oliveira lembrou que não há precedente de uma sequência tão longa de déficits fiscais. Serão sete anos com as contas no vermelho, destacou o ministro.

“Os compradores de títulos do Brasil seguem confiantes, mas isso não é motivo para comodidade. Por isso, temos de dar continuidade a processo de reformas fiscais. Não há possibilidade de desenvolver um País sem equilíbrio macroeconômico”, ressaltou.

Oliveira lembrou que os problemas fiscais do Brasil vêm tanto do aumento de despesas quanto da queda de receitas. No caso da arrecadação, não é só o peso da conjuntura desfavorável, mas também a estrutura tributária do País, que precisa de mudanças, segundo ele.

Do lado do gasto, o governo tem buscado iniciativas para melhorar a eficiência das despesas, mas a grande mudança ficará a cargo da reforma da Previdência, diante do aumento exponencial desse gasto no Orçamento.

O Brasil hoje gasta 57% do Orçamento com Previdência, enquanto a média entre países da OCDE é em torno de 20%. “A reforma da Previdência é relevante”, afirmou.

Fipe: relação entre etanol e gasolina é a menor para setembro em 2 anos

05/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

A relação entre os preços do etanol e os da gasolina na capital paulista fechou setembro no nível mais baixo para o mês desde 2015, de acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

No período em análise, essa equivalência atingiu 67,38%, na comparação com 61,57% há dois anos. Em agosto deste ano foi de 68,04%.

Conforme o economista da Fipe André Chagas, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a taxa de inflação na cidade de São Paulo, a queda no valor da gasolina tem ajudado a manter a relação entre os combustíveis abaixo da marca de 70%.

Para especialistas, o uso do etanol deixa de ser vantajoso quando o preço do derivado da cana-de-açúcar representa mais de 70% do valor da gasolina.

A vantagem é calculada considerando que o poder calorífico do etanol é de 70% do poder do combustível fóssil. Com a relação entre 70% e 70,5%, é considerada indiferente a utilização de gasolina ou etanol no tanque.

A expectativa de Chagas é que a equivalência entre os preços dos combustíveis continue inferior a 70%, refletindo a boa safra de cana-de-açúcar e o fato de os valores do açúcar não estarem atrativos a ponto de desviar a produção.

No IPC-Fipe de setembro, a gasolina desacelerou a alta para 2,70% (de 6,82%), enquanto o etanol ficou em 1,49% (de 7,49% em agosto).

Alta nas vendas de carros novos não impede aumento de negociação de usados

05/10/2017 – Fonte: G1

Puxadas pelos seminovos, vendas de veículos de 'segunda mão' sobem 8,4% de janeiro a setembro, na comparação com 2016. As dos zero quilômetro acumulam aumento de 8%.



Feirão de Veículos seminovos em Salvador (Foto: Divulgação)

O reaquecimento das vendas de carros zero no Brasil não impede que a procura pelos usados continue aumentando.

As negociações desses veículos cresceram 4,7% em setembro, na comparação com 1 ano atrás, de acordo com dados da federação dos distribuidores, a Fenabreve.

A entidade considera os registros de transferência de documentos do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

De janeiro a setembro, foram negociados 7,9 milhões de automóveis e comerciais leves (picapes e furgões) usados, um volume 8,5% mais alto que o registrado no mesmo período do ano passado.

Já as vendas de carros novos cresceram 7,9% sobre os 9 primeiros meses de 2016, com 1,5 milhão de unidades.

Base fraca

O aumento na venda dos zero quilômetro, no entanto, é em relação a uma base mais fraca que a dos carros usados, que, no ano passado, terminaram com estabilidade sobre 2015, enquanto as vendas de carros novos caíram ainda mais.

Segundo a Fenabreve, a cada 4 automóveis zero quilômetro emplacados em setembro último, 6 usados foram negociados. A entidade diz que uma média normal é de 1 para 3.

Seminovos lideram

Quando analisada a venda por "idade" dos veículos usados, os seminovos, como são chamados os que têm até 3 anos rodados, foram os únicos a registrar alta no mês passado, segundo a Fenauto, federação que também contabiliza dados do segmento. Esses dados incluem carros, motos e caminhões.

Foram negociados 501.647 veículos seminovos em setembro, 17% mais do que há 1 ano atrás. O segmento também é o único que cresceu no acumulado do ano, com aumento de 22% nas negociações.

As vendas de "usados jovens" (4 a 8 anos) somaram 356.156 unidades em setembro, queda de 2,6% sobre o mesmo período de 2016. No acumulado, estão estáveis.

As de "usados maduros" (9 a 12 anos) recuaram 3,6% no mês passado, com 121.534 negociações, e o volume de janeiro a setembro também é semelhante ao de 2016.

A procura por "usados velhinhos" (13 anos ou mais) foi a que mais caiu. Mesmo assim, eles foram mais negociados que os "maduros": 202.106 unidades em setembro, volume 6,4% menor que o de 1 ano atrás. No acumulado, a queda é de 3,2% sobre 2016.

Peugeot do Brasil aposta em comerciais leves e SUVs premium para elevar resultados

05/10/2017 – Fonte: Reuters

A montadora francesa Peugeot, do grupo PSA, definiu o segmento de comerciais leves como o principal pilar de atuação no Brasil e deve equiparar nos próximos cinco anos sua gama de automóveis no país em relação aos modelos que vende na Europa.

As apostas fazem parte da estratégia da marca de melhorar resultados no Brasil e sua percepção entre consumidores locais. O país é um dos cinco mercados prioritários da PSA, disse a jornalistas nesta quarta-feira o presidente mundial da Peugeot, Jean-Philippe Imparato.

“Volume (de vendas) não é nossa preocupação. Prefiro elevar minha imagem de marca... Não vamos mais cair na tentação de criar um carro pequeno desenvolvido especialmente para Brasil.

Paramos de vender a qualquer preço”, afirmou o executivo. Segundo ele, o “Brasil tem que entrar na convergência e ter a mesma gama de veículos (da Peugeot) que a Europa em cinco anos”.

Atualmente, os maiores mercados de veículos para a Peugeot no mundo são Irã, França e China, disse Imparato. Ele evitou comentar metas de vendas para Brasil ou América Latina, mas disse que ao definir o Brasil como prioritário a Peugeot enxerga “grande potencial de desenvolvimento futuro da marca”.

Segundo dados da associação de concessionários de veículos Fenabrave, a Peugeot vendeu no ano até setembro no Brasil 19.128 automóveis e comerciais leves, equivalentes a uma participação de mercado de 1,22 por cento, ante 7,79 por cento de sua rival também francesa Renault.

A líder do mercado é a General Motors, com vendas acumuladas de 282,8 mil carros e comerciais leves, categoria que além de vans de transporte de produtos e picapes inclui utilitários esportivos.

Como parte da renovação da marca no país, processo em andamento desde 2015, a Peugeot promoveu uma renovação de 60 por cento de seus grupos de concessionários, reduzindo o número de lojas da marca no país de 140 para as 106. Paralelamente, a montadora começou a ampliar o volume de modelos disponíveis no país, de olho nos SUVs premium e comerciais leves.

A Peugeot lançou em junho o SUV 3008 e, segundo a diretora-geral da Peugeot do Brasil, Ana Theresa Borsari, atualmente a fila de espera pelo modelo é de 4 meses. A filial brasileira importa o modelo produzido na França.

“Tínhamos quota de 250 unidades, mas hoje temos demanda para 900 carros”, disse ela. Imparato afirmou que a situação é “um problema, mas uma oportunidade pois protegemos o valor residual dos carros”.

Além do 3008, que a executiva tenta ampliar importações para o país, a Peugeot iniciará vendas em 2018 da versão maior do modelo, chamada de 5008, disse Imparato, trazida da França.

O grupo PSA tem um complexo industrial em Porto Real (RJ) com a marca irmã Citroën, mas o executivo não comentou se a Peugeot pretende ampliar a gama de modelos produzidos no Brasil.

A unidade produz os automóveis Peugeot 208 e 2008 e Citroën C3 e Aircross. "Para a América Latina, o objetivo final é sempre que possível fazer os carros localmente."

Segundo Borsari, a reversão do mercado brasileiro nos últimos meses, saindo de queda de dois dígitos para crescimento de 24 por cento em setembro, está sendo puxada pelas vendas para pessoas jurídicas, principalmente locadoras de veículos, que tipicamente geram margens menores para as montadoras.

"Há alguns primeiros indicadores que começam a ser favoráveis o que nos leve a acreditar em uma retomada (do mercado), mas, diferente de anos anteriores, será uma retomada muito mais lenta no canal de pessoa física", disse a executiva.

Além dos SUVs, a Peugeot vai começar a ampliar a partir deste mês os modelos de comerciais leves vendidos no Brasil.

A empresa lança o furgão Expert, produzido no Uruguai, e avalia vender no Brasil uma picape com capacidade para 1 tonelada de carga.

"A picape faz sentido para o Brasil e é importantíssima para contribuir tanto em volume como em rentabilidade", disse o presidente da PSA para a América Latina, Carlos Gomes.

Segundo Gomes, a PSA é rentável na América Latina desde 2015, tendo alcançado lucro de mais de 100 milhões de euros em 2016. Ele evitou fazer projeções para este ano.

"O mercado está sendo destruidor de margem em 2017, as montadoras no Brasil empurraram produção para a Argentina, que está crescendo, o que colabora para reduzir margens, enquanto no Brasil ficou estável", disse Gomes.

Sobre a europeia Opel, comprada da GM pela PSA no início do ano, Gomes disse que o Chile seguirá nos próximos dois a três anos pelo menos como único país da América Latina a vender carros da marca. "A prioridade da Opel é a Europa".

Gerdau vende operações no Chile por US\$154 mi

05/10/2017 – Fonte: Reuters

A Gerdau anunciou nesta quarta-feira que assinou acordo para vender suas operações no Chile por 154 milhões de dólares para os grupos locais Matco e Ingeniería e Inversiones, dentro de programa de otimização de ativos que já fez a empresa desistir de continuar produzindo na Europa.

A companhia, maior produtora de aços longos das Américas, afirmou que os ativos chilenos incluídos na operação envolvem capacidade instalada anual de 520 mil toneladas.

Missão do Paraná - Expo Paraguay Brasil 2017

05/10/2017 - Fonte: FIEP

MISSÃO DO PARANÁ

EXPO PARAGUAY BRASIL 2017

23 a 25
outubro | 2017
ASSUNÇÃO | PARAGUAI

PARTICIPE DO

exipo 9ª Edição
PARAGUAY BRASIL
Oportunidade para o mundo

ATIVIDADES
SEMINÁRIO PARA EMPRESÁRIOS BRASILEIROS
VISITA TÉCNICA A EMPRESAS E ENTIDADES
FEIRA MULTISSECTORIAL

RODADA DE NEGÓCIOS
A Câmara de comércio Paraguai - Brasil convida empresários paraguaios e brasileiros que desejam trocar interesses comerciais durante a Rodada Empresarial Paraguai - Brasil 2017. Esta edição é multissetorial, de modo que empresas industriais e comerciais de diferentes setores participem.

RESULTADOS ESPERADOS
REALIZAÇÃO E PROSPECÇÃO DE NEGÓCIOS
CONHECIMENTO DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E POLÍTICAS DE INCENTIVOS A INVESTIMENTOS NO PARAGUAI
RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

AGENDA DA MISSÃO
EXPO PARAGUAI/BRASIL 2017 | ASSUNÇÃO | PARAGUAI

DATA	HORARIO	ATIVIDADES	LOCAL
23/10 SEGUNDA-FEIRA	9 ÀS 12H	Seminário Empresarial para Brasileiros	Hotel Sheraton
	14 ÀS 17H	Visitas técnicas a empresas e entidades	Parque Industrial
24/10 TERÇA-FEIRA	10 ÀS 14H	Participação na cerimônia de abertura da Expo Paraguai/ Brasil 2017 e visita à feira.	Hotel Sheraton
	14 ÀS 19H	Rodada de Negócios	Hotel Sheraton
25/10 QUARTA-FEIRA	11 ÀS 18H	Visita a Expo Paraguai/Brasil 2017 Continuação da Rodada de Negócios Encerramento de agenda oficial da missão	Hotel Sheraton

FAÇA AQUI SUA INSCRIÇÃO PARA A MISSÃO!

CLIQUE AQUI
INSCRIÇÕES GRATUITAS! VAGAS LIMITADAS!

CONTATOS

ASSUNÇÃO
Carolina Vergara
095 21612014 / +595 21614901
info@exipoparaguaybrasil.com
www.exipoparaguaybrasil.com

FIEP
Daniele Varella Rios
+55 41 3273-9116
daniele.rios@fiepr.org.br
www.fiepr.org.br

SERRA/PR
Jonice Strozzi
9890-43091 / +55 41 33306450
jonicestrozzi@gmail.com
www.sotrexpr.com.br

PACOTE DE VIAGEM

PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O PACOTE PARA A MISSÃO E RODADA
Clique aqui

AGÊNCIA OFICIAL DE ATENDIMENTO A MISSÃO
ANTHURIUM TURISMO / CURITIBA PR
Paulo Cesar de Oliveira 55 41 3077 2277 paulo@atct.com.br

PRAZO PARA CONFIRMAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO
16 DE OUTUBRO DE 2017

Cooperativa

CAMARA DE COMERCIO PARAGUAY BRASIL

Cooperativa

SEBRAE

FIEP

Rede CIN

Associação FIE

FECOOPAR